

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	7
DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	17
DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	66
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	69

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	672
Preferenciais	1.140
Total	1.812
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	75.984	76.356
1.01	Ativo Circulante	21.967	8.914
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.745	7.550
1.01.03	Contas a Receber	172	96
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	172	96
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	56	0
1.01.03.02.04	Outras	116	96
1.01.06	Tributos a Recuperar	179	179
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	179	179
1.01.07	Despesas Antecipadas	871	1.089
1.02	Ativo Não Circulante	54.017	67.442
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	53.916	67.319
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	246	311
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	40.580	50.490
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	40.580	50.490
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.090	16.518
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	8.402	11.564
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	4.688	4.954
1.02.02	Investimentos	23	23
1.02.02.01	Participações Societárias	23	23
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	23	23
1.02.03	Imobilizado	78	100
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	78	100

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	75.984	76.356
2.01	Passivo Circulante	3.197	2.657
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	172	232
2.01.01.01	Obrigações Sociais	46	35
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	126	197
2.01.02	Fornecedores	666	1.145
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	666	1.145
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	666	1.145
2.01.03	Obrigações Fiscais	387	188
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	387	188
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	174	121
2.01.03.01.05	Parcelamento Débitos Previdenciários	145	0
2.01.03.01.06	Outras	68	67
2.01.05	Outras Obrigações	1.972	1.092
2.01.05.02	Outros	1.972	1.092
2.01.05.02.06	Créditos Conversíveis em Ações - PRJ	601	0
2.01.05.02.07	Credores por Recuperação Judicial	956	1.092
2.01.05.02.08	Credores Pós Concursais	52	0
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	363	0
2.02	Passivo Não Circulante	558.406	572.576
2.02.02	Outras Obrigações	515.870	529.747
2.02.02.02	Outros	515.870	529.747
2.02.02.02.04	Provisão para Perda com Investimento em Controlada	512.304	527.006
2.02.02.02.05	Credores por Recuperação Judicial	1.981	2.741
2.02.02.02.06	Parcelamento Débitos Previdenciários	555	0
2.02.02.02.07	Outros	1.030	0
2.02.04	Provisões	42.536	42.829
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	42.536	42.829
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	40.170	38.942
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.126	2.258
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	240	1.629
2.03	Patrimônio Líquido	-485.619	-498.877
2.03.01	Capital Social Realizado	301.976	301.976
2.03.02	Reservas de Capital	46.363	46.363
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.329	5.329
2.03.02.07	Bônus de Subscrição	41.034	41.034
2.03.04	Reservas de Lucros	-233	-233
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-233	-233
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-833.725	-846.983

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	23.011	14.287	-13.568	-33.914
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.281	-2.590	-1.179	-2.205
3.04.02.01	Honorários da Administração	-347	-622	-274	-549
3.04.02.04	Outras	-934	-1.968	-905	-1.656
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.424	2.424	13	16
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-120	-249	-159	-531
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-10	-21	-13	-27
3.04.05.02	Outras	-110	-228	-146	-504
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	21.988	14.702	-12.243	-31.194
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	23.011	14.287	-13.568	-33.914
3.06	Resultado Financeiro	-430	856	284	147
3.06.01	Receitas Financeiras	2.018	4.496	496	867
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.448	-3.640	-212	-720
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	22.581	15.143	-13.284	-33.767
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.581	15.143	-13.284	-33.767
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-2.430	-1.885	-103	1.759
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-2.430	-1.885	-103	1.759
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	20.151	13.258	-13.387	-32.008
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	11,13115	7,3234	-0,21113	-0,50511
3.99.01.02	PN	11,12555	7,31982	-0,21109	-0,50541
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	11,13115	7,3234	-0,21113	-0,50511
3.99.02.02	PN	11,12555	7,31982	-0,21109	-0,50541

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	20.151	13.258	-13.387	-32.008
4.03	Resultado Abrangente do Período	20.151	13.258	-13.387	-32.008

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-949	-3.243
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-946	-5.998
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR/CS	15.143	-33.767
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	22	27
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-14.702	31.194
6.01.01.06	Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Obrigações	-2.126	-750
6.01.01.08	Deságio Credores - PRJ	-2.404	0
6.01.01.09	AVP - Credores PRJ e Credores Pós Concurais	2.406	0
6.01.01.10	Outras Provisões Operacionais	715	-2.702
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3	2.755
6.01.02.04	Outros Ativos Operacionais	3.164	284
6.01.02.05	Fornecedores	-479	-689
6.01.02.09	Outros Passivos Operacionais	-374	165
6.01.02.10	Fluxo das Atividades Operacionais das Operações Descontinuadas	-2.314	2.995
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	14.144	10.054
6.03.06	Empréstimos Obtidos com a Controlada Líquidos dos Valores Liquidados	12.036	10.054
6.03.08	Fluxo das Atividades de Financiamento das Operações Descontinuadas	2.108	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	13.195	6.811
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.550	121
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	20.745	6.932

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	301.976	46.130	0	-846.983	0	-498.877
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	301.976	46.130	0	-846.983	0	-498.877
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.258	0	13.258
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.258	0	13.258
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	301.976	46.130	0	-833.725	0	-485.619

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	301.976	46.130	0	-904.459	11.279	-545.074
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	301.976	46.130	0	-904.459	11.279	-545.074
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-32.008	0	-32.008
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-32.008	0	-32.008
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	301.976	46.130	0	-936.467	11.279	-577.082

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	2.424	16
7.01.02	Outras Receitas	2.424	16
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.772	-2.001
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.772	-2.001
7.03	Valor Adicionado Bruto	652	-1.985
7.04	Retenções	-1.906	1.732
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-21	-27
7.04.02	Outras	-1.885	1.759
7.04.02.01	Resultado das Operações Descontinuadas	-1.885	1.759
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.254	-253
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.198	-30.327
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	14.702	-31.194
7.06.02	Receitas Financeiras	4.496	867
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	17.944	-30.580
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	17.944	-30.580
7.08.01	Pessoal	712	655
7.08.01.01	Remuneração Direta	624	501
7.08.01.02	Benefícios	45	13
7.08.01.04	Outros	43	141
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	344	53
7.08.02.01	Federais	336	53
7.08.02.03	Municipais	8	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.630	720
7.08.03.01	Juros	1.132	57
7.08.03.03	Outras	2.498	663
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	2.498	663
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.258	-32.008
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.258	-32.008

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	214.162	246.655
1.01	Ativo Circulante	113.020	84.018
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.096	8.022
1.01.03	Contas a Receber	11.744	5.555
1.01.03.01	Clientes	4.102	710
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	7.642	4.845
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	7.328	4.557
1.01.03.02.02	Outras Contas de Fornecedores	90	86
1.01.03.02.04	Outras	224	202
1.01.04	Estoques	20.814	18.852
1.01.06	Tributos a Recuperar	58.047	50.083
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	58.047	50.083
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.193	1.506
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	126	0
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	126	0
1.02	Ativo Não Circulante	101.142	162.637
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	36.997	81.918
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	347	384
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	36.650	81.534
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	25.773	27.897
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	10.779	52.266
1.02.01.10.06	Outros	98	1.371
1.02.02	Investimentos	23	150
1.02.02.01	Participações Societárias	23	23
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	23	23
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	0	127
1.02.03	Imobilizado	64.122	80.569
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.958	7.282
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	58.164	73.281
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	6

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	214.162	246.655
2.01	Passivo Circulante	332.159	169.258
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.795	3.521
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.278	1.177
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.517	2.344
2.01.02	Fornecedores	56.588	69.280
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	56.359	69.051
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	56.359	69.051
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	229	229
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.862	1.297
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	828	756
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	406	429
2.01.03.01.03	Parcelamento Débitos Previdenciários	248	105
2.01.03.01.05	Outras	174	222
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.014	523
2.01.03.02.01	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	24	113
2.01.03.02.02	Parcelamento de Tributos Estaduais	990	410
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	20	18
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	196.452	48.554
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	178.453	27.562
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	178.453	27.562
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	17.999	20.992
2.01.04.03.01	Em Moeda Nacional	17.999	20.992
2.01.05	Outras Obrigações	72.841	45.348
2.01.05.02	Outros	72.841	45.348
2.01.05.02.05	Arrendamento Operacional	15.629	24.941
2.01.05.02.06	Créditos Conversíveis em Ações - PRJ	38.204	0
2.01.05.02.08	Adiantamento de Clientes	651	719
2.01.05.02.09	Credores por Recuperação Judicial	4.729	16.737
2.01.05.02.10	Credores Pós Concurais	8.432	0
2.01.05.02.11	Outros	5.196	2.951
2.01.06	Provisões	621	1.258
2.01.06.02	Outras Provisões	621	1.258
2.01.06.02.05	Programa de Fidelização de Clientes	621	1.258
2.02	Passivo Não Circulante	367.664	576.317
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	53.415	213.325
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	143.484
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	143.484
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	53.415	69.841
2.02.01.03.01	Em Moeda Nacional	53.415	69.841
2.02.02	Outras Obrigações	144.381	194.991
2.02.02.02	Outros	144.381	194.991
2.02.02.02.03	Parcelamento Débitos Previdenciários	840	340
2.02.02.02.04	Credores por Recuperação Judicial	126.387	191.241
2.02.02.02.05	Credores Pós Concurais	8.730	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.02.02.06	Parcelamento de Tributos Estaduais	4.439	409
2.02.02.02.08	Outros	3.985	3.001
2.02.04	Provisões	169.868	168.001
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	169.868	168.001
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	144.836	141.978
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	9.473	9.050
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	15.559	16.973
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-485.661	-498.920
2.03.01	Capital Social Realizado	301.976	301.976
2.03.02	Reservas de Capital	46.363	46.363
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.329	5.329
2.03.02.07	Bônus de Subscrição	41.034	41.034
2.03.04	Reservas de Lucros	-233	-233
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-233	-233
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-833.725	-846.983
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-42	-43

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	18.844	36.549	19.751	43.152
3.01.01	Receita Bruta de Vendas de Bens e/ou Serviços	18.906	36.564	20.391	44.499
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-62	-15	-640	-1.347
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.651	-22.214	-11.605	-31.489
3.03	Resultado Bruto	7.193	14.335	8.146	11.663
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	105.037	95.820	-14.204	-30.231
3.04.01	Despesas com Vendas	-12.555	-25.371	-14.499	-26.696
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.007	-16.177	-8.919	-16.508
3.04.02.01	Honorários da Administração	-529	-987	-457	-939
3.04.02.04	Outras	-7.478	-15.190	-8.462	-15.569
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	134.161	150.371	16.269	27.141
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8.562	-13.003	-7.055	-14.168
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-3.622	-7.542	-4.538	-9.468
3.04.05.02	Outras	-4.940	-5.461	-2.517	-4.700
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	112.230	110.155	-6.058	-18.568
3.06	Resultado Financeiro	-89.647	-95.011	-7.227	-15.202
3.06.01	Receitas Financeiras	4.557	8.704	2.533	3.470
3.06.02	Despesas Financeiras	-94.204	-103.715	-9.760	-18.672
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	22.583	15.144	-13.285	-33.770
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.583	15.144	-13.285	-33.770
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-2.430	-1.885	-103	1.759
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-2.430	-1.885	-103	1.759
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	20.153	13.259	-13.388	-32.011
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	20.151	13.258	-13.387	-32.008
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2	1	-1	-3
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.99.01.01	ON	11,13115	7,3234	-0,21113	-0,50511
3.99.01.02	PN	11,12555	7,31982	-0,21109	-0,50541
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	11,13115	7,3234	-0,21113	-0,50511
3.99.02.02	PN	11,12555	7,31982	-0,21109	-0,50541

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	20.153	13.259	-13.388	-32.011
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	20.153	13.259	-13.388	-32.011
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	20.151	13.258	-13.387	-32.008
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2	1	-1	-3

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	25.121	-7.062
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-20.891	-15.899
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR/CS	15.144	-33.770
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	8.408	10.326
6.01.01.03	Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa	-95	158
6.01.01.04	Resultado na Venda de Ativo Imobilizado	-27	-24
6.01.01.05	Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Obrigações	7.960	12.451
6.01.01.08	Perda (reversão) com Obsolescência de Estoque	2.446	6.096
6.01.01.09	Perda por Redução ao Valor Recuperável	-12.351	-394
6.01.01.10	Deságio Credores - PRJ	-128.721	0
6.01.01.11	AVP - Credores PRJ e Credores Pós Concursais	82.815	0
6.01.01.12	Outras Provisões Operacionais	3.530	-10.742
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	46.012	8.837
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-3.297	3.864
6.01.02.02	Estoques	-4.408	11.378
6.01.02.03	Outros Ativos Operacionais	48.602	5.345
6.01.02.04	Fornecedores	-12.692	-20.858
6.01.02.06	Pagamento de Juros por Empréstimos e Financiamentos	0	-429
6.01.02.08	Outros Passivos Operacionais	20.121	6.542
6.01.02.09	Fluxo das Atividades Operacionais das Operações Descontinuadas	-2.314	2.995
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-140	-162
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-184	-186
6.02.02	Recebimento por Venda no Ativo Imobilizado	44	24
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-11.907	-13.371
6.03.05	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-14.015	-13.371
6.03.07	Fluxo das Atividades de Financiamento das Operações Descontinuadas	2.108	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	13.074	-20.595
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.022	28.603
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.096	8.008

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	301.976	46.130	0	-846.983	0	-498.877	-43	-498.920
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	301.976	46.130	0	-846.983	0	-498.877	-43	-498.920
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.258	0	13.258	1	13.259
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.258	0	13.258	1	13.259
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	301.976	46.130	0	-833.725	0	-485.619	-42	-485.661

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	301.976	46.130	0	-904.459	11.279	-545.074	-45	-545.119
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	301.976	46.130	0	-904.459	11.279	-545.074	-45	-545.119
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-32.008	0	-32.008	-3	-32.011
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-32.008	0	-32.008	-3	-32.011
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	301.976	46.130	0	-936.467	11.279	-577.082	-48	-577.130

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	187.667	71.223
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	37.201	44.216
7.01.02	Outras Receitas	150.371	27.165
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	95	-158
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-54.479	-61.993
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-22.227	-31.501
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-32.235	-30.098
7.02.04	Outros	-17	-394
7.02.04.02	Outras Despesas Operacionais	-17	-394
7.03	Valor Adicionado Bruto	133.188	9.230
7.04	Retenções	-10.292	-8.567
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.407	-10.326
7.04.02	Outras	-1.885	1.759
7.04.02.01	Resultado das Operações Descontinuadas	-1.885	1.759
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	122.896	663
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.704	3.470
7.06.02	Receitas Financeiras	8.704	3.470
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	131.600	4.133
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	131.600	4.133
7.08.01	Pessoal	11.989	13.618
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.092	8.570
7.08.01.02	Benefícios	2.665	2.810
7.08.01.03	F.G.T.S.	699	936
7.08.01.04	Outros	533	1.302
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.827	3.016
7.08.02.01	Federais	1.924	1.648
7.08.02.02	Estaduais	301	625
7.08.02.03	Municipais	602	743
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	103.525	19.510
7.08.03.01	Juros	15.941	13.024
7.08.03.02	Aluguéis	364	1.253
7.08.03.03	Outras	87.220	5.233
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	87.220	5.233
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.259	-32.011
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.258	-32.008
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1	-3

Comentário do Desempenho



Saraiva Livresiros S.A – Em Recuperação Judicial – Relatório da Administração – 2T22

São Paulo, 30 de junho de 2022 – Saraiva Livresiros S.A – Em Recuperação Judicial – (“Saraiva” ou “Companhia”) (B3: SLED3 e SLED4), controladora de Saraiva e Siciliano S.A – Em Recuperação Judicial (“Varejo”) com o intuito de fornecer aos seus Acionistas e ao Mercado em Geral informações relevantes sobre a Companhia, encaminha a seguir os Resultados Financeiros referentes ao segundo trimestre de 2022, exceto quando indicado o contrário. As informações contábeis intermediárias Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foram revisadas pelos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Ao longo do segundo trimestre de 2022, seguimos com a execução do nosso planejamento estratégico de retomada da Saraiva. Encerramos o período com importantes conquistas, sendo a principal delas a homologação do 2º Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial – PRJ ocorrida em 19 de abril de 2022, que resultará em uma **redução de R\$239,4 milhões na dívida da Companhia** com credores da recuperação judicial e empréstimos, sendo R\$76,8 milhões no trimestre encerrado em 30 de junho de 2022.

Com isso, a Saraiva viabiliza o pagamento da dívida da RJ através das opções para conversão em capital com 80% (oitenta por cento) de desconto ou pagamento parcelado que se inicia em 2026, e assim ganha fôlego para enfrentar os desafios da transformação da Companhia. As principais medidas para viabilizar o pagamento da dívida são as seguintes:

1. **Reestruturação do passivo através do** pagamento aos Credores Quirografários (Classe III e IV), feito mediante o pagamento inicial de R\$ 5 mil para cada um dos credores; e para o saldo remanescente, estão previstas duas opções: i) Opção A - Conversão em ações, com um deságio de 80% dos créditos; ou ii) Opção B – Parcelamento através de um fluxo de pagamento trimestral para o período entre 2026 e 2048. O exercício das opções foi concluído em 26/07/2022, com um total de credores optantes pela “Opção A” no montante equivalente a R\$ 160,9 milhões da dívida, sinalizando a confiança na recuperação da Companhia.

Os Credores Trabalhistas receberão o valor de até R\$ 160 mil por Credor Trabalhista, limitado ao valor total do Crédito Trabalhista, em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas. Haverá aceleração dos pagamentos, nos termos do PRJ, mediante utilização do resgate do depósito judicial originado da alienação da UPI Direitos Creditórios;

2. **Alienação das UPI's “Loja Shopping Ibirapuera” e “Direitos creditórios”.** O processo competitivo para alienação dos ativos foi concluído com a homologação judicial em 11/07/2022, viabilizando a amortização da dívida com o Banco do Brasil, cedida para Travessia Securitizadora de Créditos

Comentário do Desempenho

Financeiros VIII S.A., adquirente das UPI's, no montante de R\$ 162,6 milhões, além de permitir a aceleração do pagamento de parte da dívida trabalhista no montante de R\$ 4,2 milhões.

O PRJ também permitirá que a Companhia otimize seus recursos financeiros, tornando possível a reposição do estoque por meio das compras e a retomada do crédito para operações de consignação, melhorando substancialmente a oferta de produtos nas lojas. Ainda nas lojas, estamos reativando a tradicional agenda de eventos da Saraiva que, além de reforçar nosso propósito de fomentar a literatura e atividades culturais, gera tráfego e engajamento com a marca, uma das mais lembradas do País. Parte desse movimento já foi capturado em julho, com o **aumento de 36% na receita em relação ao mês de junho**. São ações que demonstram que estamos no caminho certo, com disciplina e consistência nesta fase final da recuperação judicial.

Já para a dívida pós concursal, a Saraiva continua tempestivamente a negociar com seus credores para a conversão dos saldos pós concursais em ações da Companhia. A renegociação com grande parte de seus credores resultou em parcelamento da dívida em longo prazo, sem juros e, em outros casos, conversão do total da dívida em ações, até o momento, no montante de R\$ 6,0 milhões.

Vencida uma das etapas mais importantes para a Companhia nos últimos tempos, nossos esforços continuarão voltados para saldar as obrigações assumidas, porém com equilíbrio e previsibilidade, para assegurar a manutenção e condições para geração de caixa positivo e a continuidade operacional da Saraiva, incluindo:

- a. **Simplificar a operação e otimizar recursos** para fortalecer o caixa;
- b. Voltar às origens como **“a melhor Livraria e Papelaria”** e principal destino de quem procura variedade e comodidade, sem esquecer da rentabilidade de cada ponto de venda;
- c. Capacitar as equipes de lojas, resgatando a essência da história da Saraiva atualizando o que for necessário para **promover a melhor experiência para o cliente**;
- d. Melhorar a presença em cidades menores para atender demandas regionais, com lojas menores aderentes ao perfil de cada região e público-alvo, com maior venda e rentabilidade por m²;
- e. Implementar a **reformulação total** do site da Saraiva com previsão de lançamento para setembro de 2022. Esta nova versão busca otimizar o potencial da marca e está agregando em sua plataforma parceiros de grande projeção no mercado digital.
- f. Continuar fortemente com o processo de redução do passivo tributário da Companhia para aproveitar as oportunidades legais recentes que viabilizam o pagamento de passivos tributários.
- g. Continuar perseguindo oportunidades para captação de recursos necessários para o capital de giro.

Por fim, os últimos dezoito meses foram muito intensos para a Companhia na busca de solução das pendências com seus fornecedores e graças a uma equipe focada e determinada na construção da **Nova Saraiva**, contamos com o total apoio e envolvimento de todos nossos colaboradores. A Administração segue confiante e comprometida com a implantação das medidas para assegurar a manutenção das atividades da Companhia, bem como com o cumprimento dos compromissos celebrados com seus stakeholders.

Comentário do Desempenho**IMPACTOS NÃO RECORRENTES**

Durante o 2T22 a Administração revisou as estimativas relacionadas ao valor recuperável dos ativos, ao AVP, deságio da dívida e às provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, entre outros ajustes realizados na operação, conforme apresentamos abaixo:

- **Ajuste a Valor Presente (AVP):** impacto de R\$ 77,7 milhões no resultado, referente ao saldo da dívida contemplado no Plano de Recuperação Judicial (PRJ) que será parcelada para pagamento até 2048 e a dívida pós-concursal.
- **Deságio Endividamento:** impacto R\$ 128,7 milhões no resultado, referente o deságio da parcela da dívida, cujos credores exerceram a opção pela conversão de seus créditos em ações da Companhia com deságio de 80%.
- **Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias:** aumento de R\$ 1,5 milhões.
- **Outros impactos:** aumento de R\$ 1,5 milhões, principalmente por conta de ajustes na provisão de obsolescência.

Dessa maneira, para que possa ser realizada uma análise mais fidedigna da operação da Companhia, todos os resultados reportados neste Relatório da Administração consideram os números recorrentes do 2T22, 2T21, 1S22, 1S21, expurgando os efeitos citados acima. Segue na tabela abaixo a reconciliação dos resultados:

Reconciliação - 2T22	2T22 Contábil	IFRS 16 - CPC 06	Impactos não Recorrentes	2T22 Ajustado
Receita Bruta	18.906			18.906
<i>Impostos/Deduções</i>	(62)			(62)
Receita Líquida	18.844			18.844
<i>CMV</i>	(11.651)		2.093	(9.558)
Lucro Bruto	7.193			9.286
<i>Margem Bruta (%)</i>	38%			49%
Despesas Operacionais	108.659			(18.988)
<i>Despesas Operacionais</i>	(20.562)		1.074	(19.488)
<i>Outras Despesas/Receitas Operacionais</i>	129.221		(128.721)	500
EBITDA	115.852			(9.702)
<i>Margem EBITDA (%)</i>	615%			-51%
Lucro/Prejuízo antes da Amortização e Depreciação	112.230			(9.029)
<i>Depreciação e Amortização</i>	(3.622)	4.295	-	673
Lucro/Prejuízo antes do Resultado Financeiro e Tributos	22.583			(19.307)
<i>Resultado Financeiro Líquido</i>	(89.647)	1.685	77.684	(10.279)
<i>Impostos de Renda e Contribuição Social</i>	0			0
Lucro/Prejuízo antes da part. Minoritária	22.583			(19.307)
<i>Participação Minoritária</i>	2			2
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas	22.581			(19.309)
<i>Res. Liq. das Op. Descontinuadas (Liq. Impostos)</i>	(2.430)		(142)	(2.572)
Lucro/Prejuízo Líquido	20.151			(21.881)
<i>Margem Líquida (%)</i>	107%			-116%

Comentário do Desempenho

DESTAQUES

- O EBTIDA ajustado do 2T22 melhorou R\$ 9,3 milhões em comparação com o 2T21, reduzindo desta forma o resultado negativo de R\$ 19,0 milhões no 2T21 para R\$ 9,7 milhões no 2T22. Quando consideramos os eventos não recorrentes, referente ao deságio do saldo da dívida convertida em ações previsto no PRJ, o EBITDA contábil do 2T22 melhorou R\$ 117,4 milhões em comparação com o 2T21.
- Redução de 2,9% na Margem Bruta do 2T22 em comparação com o 2T21. Considerando os impactos de estoques truncados e obsoletos, a Margem Bruta contábil fica em 49%, uma melhora de 7,8% em relação do mesmo período do ano anterior.
- Aumento de 6,5% na Receita Bruta das Lojas físicas, que representa uma melhora de R\$ 1,1 milhões no 2T22 em relação ao 2T21, apesar da redução de 2 lojas físicas. Na comparação do acumulado do 1S22 em relação ao 1S21 a Receita Bruta das lojas físicas ficou praticamente estável.
- Redução de 78% na Receita Bruta do canal de venda Saraiva.com, que representa -R\$ 2,6 milhões no 2T22 em relação ao 2T21. Na comparação do acumulado do 1S22 em relação ao 1S21 a Receita Bruta do Saraiva.com teve uma redução de 83% que representa -R\$8,4 milhões. A baixa performance do *E-commerce* se deve a problemas estruturais na solução, motivo pelo qual a Saraiva está realizando a reformulação total do site, com lançamento para setembro de 2022.
- Em 19 de abril de 2022, foi homologado o 2º Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial – PRJ, onde ocorreu a concretização das seguintes operações.
 - Alienação das UPI's "Loja Shopping Ibirapuera" e "Direitos creditórios". O processo competitivo para alienação dos ativos foi concluído com a homologação judicial em 11/07/2022, viabilizando a amortização da dívida com o Banco do Brasil, cedida para Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., adquirente das UPI's, no montante de R\$ 162,6 milhões, além de permitir a aceleração do pagamento de parte da dívida trabalhista no montante de R\$ 4,2 milhões.
 - Reestruturação da Dívida com pagamento inicial de R\$ 5 mil para cada credor e para o saldo remanescente de credores quirografários, e para o saldo remanescente, estão previstas duas opções: i) Opção A - Conversão em ações, com um deságio de 80% dos créditos; ou ii) Opção B – Parcelamento através de um fluxo de pagamento trimestral para o período entre 2026 e 2048. O exercício das opções foi concluído em 26/07/2022, com um total de credores optantes pela "Opção A" no montante de R\$ 160,9 milhões da dívida, sinalizando a confiança na recuperação da Companhia.

Comentário do Desempenho

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 11 de julho de 2022, foi homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial o processo competitivo para alienação das UPI's Direitos Creditórios e Loja Shopping Ibirapuera, tendo como vencedora a proposta da Travessia.

Em 18 de julho de 2022, conforme Termo de Quitação, na forma do 2º Aditivo – PRJ, assim como na forma das propostas para aquisição das UPI's Direitos Creditórios e Loja Shopping Ibirapuera, homologadas em decisão do Juízo da recuperação Judicial proferida em 11 de julho de 2022, a Travessia outorgou plena quitação do crédito não sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, relacionado ao empréstimo para capital de giro, no montante de R\$50.000 mil utilizado como parcela do preço de aquisição da UPI Direitos Creditórios e R\$ 29.348 mil, utilizado como parcela do preço de aquisição da UPI Loja Shopping Ibirapuera, renunciando aos créditos remanescentes no montante de R\$ 83.226 mil.

Em 26 de julho de 2022, expirou o prazo para o exercício das opções, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ. Exerceram a opção A credores cujo montante de créditos corresponde a R\$160.901 mil dos quais R\$ 32.180 mil serão convertidos em ações e R\$ 128.721 mil baixados como deságio.

Em 1 de agosto de 2022, foi levantada parte do depósito judicial, relacionado à parcela da alienação da UPI Direitos Creditórios depositada em juízo e que será destinada, exclusivamente, para acelerar o pagamento aos credores trabalhistas.

Em 10 de agosto de 2022 foi divulgado por meio de Fato Relevante, o protocolo nos autos do Processo da Recuperação Judicial conforme previsto no Segundo Aditamento ao PRJ, petição informando a adesão de 89 (oitenta e nove) credores que exerceram a opção de pagamento mediante conversão de seus créditos, os quais perfazem, o montante não reestruturado (ou seja, o montante antes da aplicação dos deságios e ajustes previstos no Segundo Aditamento ao PRJ) de aproximadamente R\$ 163,0 milhões ("Créditos"). Após a reestruturação dos Créditos, com incidência de deságios e ajustes, o respectivo saldo será convertido em participação no capital social da Companhia, observando-se, na conversão, nos termos do PRJ, o valor de R\$ 11,48 por ação ordinária, e de R\$ 4,53 por ação preferencial.

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS INDICADORES

Tabela 1. (R\$ mil, exceto quando indicado)

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório.

Consolidado - Ajustado¹	2T22	2T21	Var (%) T22 T21	1T22	Var (%) 1S22	1S22	1S21	Var (%) A A
						Acum. 2022	Acum. 2021	
Receita Bruta Saraiva	18.906	20.391	-7,3%	17.658	7%	36.564	44.499	-18%
Lojas Físicas	18.188	17.077	6,5%	16.608	10%	34.797	34.351	1%
Saraiva.Com	718	3.314	-78,3%	1.050	-32%	1.767	10.148	-83%
Receita Líquida Saraiva	18.755	19.751	-5,0%	17.794	5%	36.548	43.152	-15%
Lojas Físicas	18.154	16.527	9,8%	16.610	9%	34.764	33.185	5%
Saraiva.Com	600	3.224	-81,4%	1.184	-49%	1.784	9.967	-82%
Lucro Bruto Saraiva	7.193	8.146	-12%	7.403	-3%	14.596	11.663	25%
Margem Bruta	38%	41%	-2,9 p.p.	42%	-3,3 p.p.	40%	27%	12,9 p.p.
Despesas Operacionais	108.659	(9.666)	1224%	(5.297)	2151%	103.362	(20.763)	-498%
Despesas Operacionais	(20.562)	(9.666)	0%	(5.297)	0%	(25.859)	(20.763)	0%
Outras Despesas/Receitas Operacionais (Efeitos RJ)	129.221	-	0%	-	0%	129.221	-	0%
EBITDA Contábil	115.852	(1.520)	7722%	1.845	6279%	117.697	(9.100)	-1293%
Margem EBITDA Recorrente (%)	618%	-8%	625,4 p.p.	10%	607,4 p.p.	322%	-21%	343,1 p.p.
Impactos Não Recorrentes/Efeitos IFRS 16¹ sobre as Despesas Operacionais	(125.554)	(17.500)	-617%	(20.181)	622%	(145.734)	(26.253)	555%
EBITDA Ajustado¹	(9.702)	(19.020)	49%	(18.336)	53%	(28.037)	(35.353)	79%
Margem EBITDA ajustada (%)	-52%	-96%	44,6 p.p.	-103%	51,3 p.p.	-77%	-82%	5,2 p.p.
Impactos Não Recorrentes/Efeitos IFRS 16¹ sobre Resultado Financeiro	(9.605)	(5.681)	-69%	(2.750)	349%	(12.355)	(11.550)	107%
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas	(19.307)	(24.702)	22%	(21.086)	92%	(40.393)	(46.903)	86%
Margem Líquida Ajustada antes das Op. Descontinuadas (%)¹	-103%	-125%	22,1 p.p.	-119%	15,6 p.p.	-111%	-109%	-1,8 p.p.
Res. Líquida das Op. Descontinuadas (Liq. Impostos) e Participação Monotária	(2.574)	(102)	-2423%	(354)	726%	(2.928)	1.759	-166%
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	(21.881)	(24.804)	12%	(21.440)	102%	(43.321)	(45.144)	96%
Margem Líquida Ajustada (%)	-117%	-126%	8,9 p.p.	-120%	3,8 p.p.	-119%	-105%	-13,9 p.p.
Crescimento Lojas (Same Store Sales)	20%	-382%	401,5 p.p.	4%	15,8 p.p.	20%	14%	6,3 p.p.
Crescimento Saraiva.Com (E-commerce)	-78%	-86%	7,5 p.p.	-85%	6,9 p.p.	-78%	-52%	-25,8 p.p.
Quantidade de Lojas do Período	32	38	-6	36	-4	32	38	6
Área Total de Vendas (m²)	17.219	20.217	2.998	19.011	-1.206	17.219	20.217	-2.998

Comentário do Desempenho

RESULTADOS

RECEITA – No 2T22 a receita bruta alcançou R\$ 18,9 milhões, queda de 7,3% quando comparada com o 2T21. A receita líquida seguiu a mesma tendência no trimestre, apresentando redução de 5%. Cabe destacar que a redução observada é, principalmente, em função da redução da receita do *E-commerce*.

RECEITA LOJAS FÍSICAS – A receita bruta de lojas físicas no 2T22, atingiu R\$ 18,2 milhões, o que representa um aumento de 6,5% quando comparada ao mesmo período do ano anterior. A receita líquida, seguindo a mesma linha, apresentou aumento de 9,8%. O *Same Store Sales*, ou seja, as vendas nas mesmas lojas comparadas entre o 2T22 e 2T21 teve aumento de 20%, demonstrando a força da Companhia em recuperar-se financeiramente.

RECEITA E-COMMERCE – No 2T22 as vendas brutas do site Saraiva.com apresentaram declínio de 78,3% em relação ao ano anterior, enquanto as vendas líquidas reduziram em 81,4%. A baixa performance de venda do site se deve a problemas estruturais na solução, motivo pelo qual está sendo totalmente reformulado com previsão de lançamento da nova versão em setembro de 2022.

RESULTADO BRUTO – O lucro bruto apresentou uma redução de 2,9% na margem bruta, que passou de 41% no 2T21 para 38% no 2T22. O maior ofensor da margem neste período foi o ajuste da provisão de obsolescência e truncados.

DESPESAS OPERACIONAIS – A linha de despesas operacionais contábil recorrentes, incluindo o efeito do IFRS-16, totalizou R\$20,5 milhões no 2T22, apresentando um aumento de despesa no total de R\$ 10,9 milhões em relação ao 1T22. Este aumento é decorrente primordialmente de do aumento das despesas financeiras e maior despesas com vendas no período.

As outras despesas/receitas operacionais não recorrentes registrou R\$ 128,7 milhões no 2T22. Este valor corresponde ao total do deságio aplicado sobre o saldo da dívida cujos credores optaram pela conversão em ações.

EBITDA – O EBITDA contábil, com a inclusão do efeito do IFRS-16 nas linhas de despesas totalizou R\$ 115,8 milhões positivos no 2T22, apresentando um ganho de R\$ 117,4 milhões em relação ao 1T21 que apresentou R\$ 1,5 milhões negativos, principalmente em decorrência dos ajustes realizados por conta do Plano de Recuperação Judicial.

RECONCILIAÇÃO DO EBITDA – O EBITDA é um indicador calculado como sendo o lucro líquido do período acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização. A Companhia divulga o EBITDA, conforme faculta a Instrução CVM nº 527 de outubro de 2012.

Visando refletir a visão dos administradores quanto à formação do resultado das atividades recorrentes da Companhia, o EBITDA também é apresentado ajustado (“EBITDA ajustado”) retirando os efeitos de: resultado por *impairment*, despesas e receitas não recorrentes, resultados com contingências (Impactos não recorrentes) e efeitos do IFRS-16. O EBITDA ajustado teve melhora de R\$ 9,3 milhões em relação ao 2T21.

Comentário do Desempenho

Tabela 2. RECONCILIAÇÃO EBITDA (R\$ mil, exceto quando indicado)

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório

EBITDA	2T22	2T21	T/T	1T22	Var (%) 22	Acum. 2022	Acum. 2021	A/A			
Lucro (Prejuízo) Líquido ajustado	(21.881)	(24.804)	12%	(21.440)	-2%	(43.321)	(45.144)	4%			
(+) Resultado Financeiro Líquido	10.279	4.837	-112%	3.434	-199%	13.713	10.351	-32%			
(+) Depreciação e Amortização	(673)	845	180%	(684)	2%	-	1.357	213%			
(+) IR & CSLL	-	-	-	-	-	-	-	-			
(+) Participação Minoritários	2	(1)	300%	(1)	300%	1	(3)	133%			
(+) Res. Liq. Op. Descontinuadas/Outros	2.572	102	-2422%	355	-624%	2.927	(1.759)	266%			
EBITDA ajustado	(9.702)	(19.020)	49%	(18.336)	47%	(28.037)	(35.353)	21%			
Margem EBITDA ajustado (%)	-52%	-96%	44,6 p.p.	-103%	51,3 p.p.	-77%	-82%	5,2 p.p.			
(+) Impairment	-	80	100%	13.673	100%	13.673	395	3364%			
(+) Contingências (Cíveis, Trabalhistas e Tributárias)	-	1.554	113%	1.060	247%	-	494	-103%			
(+) Efeitos IFRS 16	5.980	6.083	2%	6.534	8%	12.514	13.117	-5%			
Outros impactos (Efeitos Recuperação Judicial)	121.129	-	220	55158%	-	1.087	11245%	120.042	-	1.765	-6901%
EBITDA Contábil	115.852	(1.520)	7722%	1.845	-6181%	117.698	(9.100)	1393%			
Margem EBITDA contábil (%)	618%	-8%	625,4 p.p.	10%	607,4 p.p.	322%	-21%	343,1 p.p.			

CAPITAL DE GIRO* – O prazo médio de recebimento reduziu em 9 dias no 2T22, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O prazo médio de cobertura de estoques reduziu em 19 dias, passando de 164 dias no 2T21 para 145 dias no 2T22. Para o cálculo dos dias do ciclo operacional, utilizamos a média dos últimos 12 meses.

RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA LÍQUIDA – O resultado financeiro líquido ajustado, excluindo o impacto da alteração contábil em virtude do CPC 06 IFRS 16, foi de R\$ 87,9 milhões no segundo trimestre de 2022, composto principalmente pelo cálculo AVP (ajuste a valor presente) do passivo da Companhia.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO – O lucro/prejuízo líquido ajustado da Companhia, antes do resultado líquido de operações descontinuadas, foi de R\$ 21,8 milhões negativos no 2T22.

LIQUIDEZ – Em 30 de junho de 2022, o saldo total de caixa disponível, caixa bloqueado e recebíveis de cartão de crédito era de R\$ 24,9 milhões, contra R\$ 9,8 milhões em 30 de junho de 2021, em virtude, principalmente, da venda dos créditos tributários de ICMS.

A tabela a seguir apresenta a dívida líquida consolidada (excluindo o saldo de Credores relativo ao processo de recuperação judicial) da Saraiva em 30 de junho de 2022, que somava R\$ 160 milhões, contra R\$ 156,5 milhões em 31 de março de 2022, e R\$ 160,5 milhões em 30 de junho de 2021. Se considerarmos os recebíveis do cartão de crédito, encerramos o 2T22 com uma dívida líquida de R\$ 163,9 milhões contra R\$ 162,4 milhões no 2T21.

Tabela 3. Evolução dos principais indicadores de endividamento CONSOLIDADO monitorados pela Companhia (R\$ mil)

Nota 1: Exclui a parcela relativa ao Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - IFRS 16).

Consolidado - Ajustado ¹	2T22	2T21	T/T	1T22	Var (%) 22
Empréstimos e Financiamentos	184.930	170.379	9%	181.279	2%
(+) Contas a Pagar Aquisição de Empresas	-	-	-	-	-
(-) Caixa e Equivalente de Caixa / Aplicações Financeiras	21.097	8.008	163%	24.321	-13%
Dívida Líquida Ajustada Antes dos Recebíveis	163.833	162.371	-1%	156.958	4%
(-) Recebíveis de Cartão de Crédito	3.824	1.813	111%	459	734%
Dívida Líquida Após Recebíveis	160.009	160.558	0%	156.499	-2%

NOSSAS LOJAS – A Saraiva encerrou o 2T22 com 32 lojas ativas.

Notas Explicativas

SARAIVA LIVREIROS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA O TRIMESTRE ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva Livresiros S.A. – Em Recuperação Judicial (“Controladora” ou “Companhia”) é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (“B3”), sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S.A. – Em Recuperação Judicial (“Varejo” ou “Controlada”).

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Companhia, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros e artigos de papelaria. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico, de uma rede de 32 lojas e do seu próprio marketplace, integrado ao e-commerce.

A Companhia e o Varejo estão em processo de recuperação judicial, homologado em 4 de setembro de 2019. Em 3 de julho de 2020, submeteu o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Primeiro Aditamento ao PRJ) à aprovação da Assembleia Geral de Credores, tendo sido aprovado em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia e sua controlada apresentaram nos autos do Processo de Recuperação Judicial, proposta de Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (“Segundo Aditamento ao PRJ”), aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e homologado em 19 de abril de 2022. (Nota explicativa nº 30).

A Companhia está mobilizada para efetivar os ajustes necessários para garantir a continuidade operacional. As medidas tomadas, aliadas à homologação judicial do Segundo Aditivo – PRJ, que estabelece medidas de eficiência para a equalização e liquidação do passivo das empresas, tais como a reestruturação do passivo e a preservação de investimentos considerados essenciais à continuidade operacional, e alterações na estrutura de Governança Corporativa, comprovam a capacidade de geração de caixa e, por consequência, da viabilidade futura da Companhia.

A Administração, confiante na recuperação do mercado de livros no Brasil e no papel exercido para esse mercado pela Nova Saraiva que está em construção está comprometida com a implantação de medidas que garantirão a manutenção das atividades, o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e a consequente continuidade operacional e sustentabilidade do negócio em busca de um futuro promissor para a empresa e seus stakeholders, para o que, contaremos com o total apoio e envolvimento de todos os colaboradores.

Notas Explicativas

Impactos da COVID 19

A Companhia monitora permanentemente as políticas implementadas de controle da pandemia e mantém seu plano de ação aderente às determinações do Ministério da Saúde, conforme a evolução do cenário econômico. No semestre encerrado em 30 de junho de 2022, não houve nenhuma restrição de funcionamento para as lojas da rede.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias compreendem as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às informações contábeis individuais não diferem das Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, que passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial para avaliação de investimentos em controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado nas demonstrações separadas.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas para a gestão da Administração da Companhia e sua controlada.

As bases de preparação e apresentação para as informações contábeis intermediárias da Controladora e do Varejo, relacionadas à mensuração, moeda funcional e fontes de julgamentos e estimativas são as mesmas divulgadas nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (nota explicativa nº 2), publicadas em 29 de março de 2022.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2022 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 30 de junho de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis divulgadas nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (nota explicativa nº 3), publicadas em 31 de março de 2022.

O resultado das operações descontinuadas apresentado no período compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Ática S.A. em 2015.

Notas Explicativas

Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC ainda não vigentes:

<u>NORMAS</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>VIGÊNCIA</u>
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes	1/1/2023
Alterações à IAS 1 e Declaração de Práticas IRFS 2	Divulgação de políticas contábeis.	1/1/2023
Alterações à IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1/1/2023
Alterações à IAS 12	Tributos diferidos relacionados ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1/1/2023

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>
Caixa e bancos - conta movimento	121	7.550	472	8.022
Aplicações financeiras - equivalente de caixa (a)	<u>20.624</u>	<u>-</u>	<u>20.624</u>	<u>-</u>
	<u>20.745</u>	<u>7.550</u>	<u>21.096</u>	<u>8.022</u>

(a) Aplicação financeira representada por certificado de depósito bancário – CDB remunerado pela taxa de 101%, prontamente conversível em um montante conhecido de caixa, e está sujeita a risco insignificante de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>
Títulos a receber	562	691
Recebíveis de cartão de crédito e débito	<u>3.824</u>	<u>407</u>
	4.386	1.098
Perda esperada	<u>(284)</u>	<u>(388)</u>
	<u>4.102</u>	<u>710</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“títulos a receber”) é de 9 dias (11 dias em 31 de dezembro de 2021). As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes adquirentes: PagSeguro, Cielo e Sodexo.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em

Notas Explicativas

conjunto.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Composição dos saldos por vencimento:

	Consolidado	
	30/06/22	31/12/21
A vencer	3.824	407
Vencidos:		
Até 60 dias	135	166
De 61 a 90 dias	59	73
De 91 a 180 dias	304	374
Acima de 180 dias	64	78
	<u>4.386</u>	<u>1.098</u>

As contas a receber de clientes do Varejo estão representadas, em boa parte, por recebíveis em cartões de crédito e débito, cujas perdas são originadas por cancelamento das vendas, ou *charge back*, seja por não reconhecimento da compra por parte do titular do cartão, seja por fraude na utilização de cartões. As perdas esperadas relacionadas com o recebimento de cartões utilizam como base para sua estimativa as vendas realizadas e o histórico de perdas e são ajustadas pelo recebimento dos créditos. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa para os títulos a receber são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. Não foram identificadas outras perdas relevantes na análise de *impairment* dos recebíveis.

O valor consolidado da estimativa de perdas registradas no resultado são respectivamente: R\$95 (reversão de provisão para perdas), deduzido de R\$9 de perda efetivamente incorrida com *charge back*; e R\$158, respectivamente para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	30/06/22	31/12/21
Mercadorias para revenda	29.578	25.170
(-) Perda com obsolescência	(8.764)	(6.318)
	<u>20.814</u>	<u>18.852</u>

Mercadorias recebidas em consignação

O Varejo possui volume expressivo de mercadorias recebidas em consignação da categoria Livros, equivalentes a R\$22.822 (R\$28.039 em 31 de dezembro de 2021). O estoque consignado é registrado em rubricas específicas de controle para apropriação do custo das

Notas Explicativas

mercadorias vendidas e dos montantes a pagar sob essa forma contratual, de tal modo que os estoques apresentados nas demonstrações contábeis reflitam apenas as mercadorias adquiridas por compra firme. O custo das vendas de mercadorias é apropriado ao resultado para cada unidade vendida, na data da venda, indistintamente se as mercadorias foram recebidas em consignação ou adquiridas em compra firme.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R\$2.283. No período entre 1 de julho de 2022 e a data de conclusão dessas informações contábeis intermediárias, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R\$308.

Perda com obsolescência de estoques

As perdas com obsolescência nas operações do Varejo são estimadas para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência dos estoques, adotada pela Companhia. A provisão constituída no semestre findo em 30 de junho de 2022, no montante de R\$2.446 está relacionada, substancialmente, aos baixos volumes de vendas e compras no período de maior impacto da pandemia.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (ii)	1.606	1.606	50.030	37.687
Programa de Integração Social - PIS (ii)	11	11	10.383	7.686
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.216	1.306	2.709	4.039
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL	1.855	2.031	4.929	5.005
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	-	513	47.670
Outros	<u>179</u>	<u>179</u>	<u>262</u>	<u>262</u>
	<u>4.867</u>	<u>5.133</u>	<u>68.826</u>	<u>102.349</u>
Ativo circulante	179	179	58.047	50.083
Ativo não circulante	<u>4.688</u>	<u>4.954</u>	<u>10.779</u>	<u>52.266</u>
	<u>4.867</u>	<u>5.133</u>	<u>68.826</u>	<u>102.349</u>

- (i) Representa o saldo credor de ICMS resultante da apuração do tributo nos estabelecimentos do Varejo. Em maio de 2022 foi realizada a última das seis parcelas deferidas em 17 de março de 2021, relacionadas ao processo administrativo para ressarcimento do crédito acumulado de ICMS por meio do sistema e-CredAc e cuja aprovação dos pedidos de transferência para negociação com empresa interdependente ocorreu em abril e maio de

Notas Explicativas

2022. O montante ressarcido no período encerrado em 30 de junho de 2022 foi de R\$47.166 (R\$9.198 em 31 de dezembro de 2021), líquidos de deságio e comissões de intermediação.

- (ii) Representado, substancialmente, por créditos das contribuições PIS/COFINS, originados nas operações do Varejo, no montante de R\$58.796 (R\$43.756 em 31 de dezembro de 2021), líquidos de perda ao valor de realização de R\$224.624 (R\$236.975 em 31 de dezembro de 2021), apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 a 2021, não compensados até a data de encerramento do exercício com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

O Varejo obteve o trânsito em julgado entre dezembro de 2018 e setembro de 2020 para as quatro ações judiciais que discutiram a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições PIS e COFINS, objeto de julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral – RE 574.706/PR, que decidiu que o ICMS não compõe o faturamento ou receita bruta das empresas e, portanto, deve ser excluído da base de cálculo das referidas contribuições. Em 7 de março de 2022, a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. (“Travessia”) apresentou Proposta Vinculante para aquisição da UPI Direitos Creditórios, representado pelo crédito decorrente das referidas ações judiciais, pelo montante de R\$54.320, nos termos do Segundo Aditivo – PRJ, que determinou a alienação da referida UPI mediante a realização de processo competitivo, concluído em 14 de junho de 2022 e homologado judicialmente em 11 de julho de 2022, tendo como vencedora a proposta oferecida pela Travessia (Nota explicativa nº 33). O montante dos créditos registrados nas demonstrações contábeis foi ajustado ao valor de provável realização de R\$54.320 (R\$40.080 em 31 de dezembro de 2021), líquido de provisão para perda ao valor de realização de R\$81.169 (R\$93.520 em 31 de dezembro de 2021).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Companhia e no Varejo sobre diferenças temporárias, foi considerada até o limite dos passivos fiscais diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias.

O montante consolidado de Prejuízos fiscais e Bases negativas de CSLL em 30 de junho de 2022 que poderá ser utilizado para a compensação de bases tributáveis e/ou o pagamento de passivos tributários, nos termos da legislação vigente sobre o uso de prejuízos fiscais e bases negativas é de R\$776.188, correspondente a um crédito fiscal de R\$263.422 (R\$855.407 e R\$290.357 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente).

Os créditos fiscais originados do imposto de renda – IR e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL calculados, respectivamente sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL da Companhia e do Varejo foram revertidos por não existir histórico de lucro tributável, ou evidências de lucros tributáveis no futuro, nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Notas Explicativas

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/22</u>	<u>30/06/21</u>	<u>30/06/22</u>	<u>30/06/21</u>
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	15.143	(33.767)	15.144	(33.770)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(5.149)	11.481	(5.149)	11.482
Adições / Exclusões permanentes - despesas não dedutíveis	(557)	-	(344)	(1.637)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	4.999	(10.606)	-	-
Créditos fiscais não registrados	<u>707</u>	<u>(875)</u>	<u>5.493</u>	<u>(9.845)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do semestre:	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos de mútuo

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada

As transações com as partes relacionadas compreendem reembolso de despesas da controlada e empréstimo de mútuo, com prazo indeterminado e remuneração de juros calculados à taxa equivalente a 110% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Empréstimos de mútuo concedidos para a controlada:

	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>
SalDOS no início do exercício	50.490	61.875
Empréstimos concedidos	49.097	23.454
Pagamentos efetuados	(61.133)	(37.465)
Receitas financeiras	<u>2.126</u>	<u>2.626</u>
SalDOS no fim do semestre	<u>40.580</u>	<u>50.490</u>

Notas Explicativas**b) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria**

	Controladora				Consolidado			
	01/04/22 a 30/06/22	01/01/22 a 30/06/22	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/22 a 30/06/22	01/01/22 a 30/06/22	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21
Pró-labore do conselho de administração	341	612	269	540	342	615	271	565
Pró-labore da diretoria	6	10	5	9	187	372	186	374
Subtotal	347	622	274	549	529	987	457	939
Outras remunerações	85	152	67	131	138	253	115	231
	<u>432</u>	<u>774</u>	<u>341</u>	<u>680</u>	<u>667</u>	<u>1.240</u>	<u>572</u>	<u>1.170</u>

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

10. INVESTIMENTOS (PROVISÃO PARA PERDA COM INVESTIMENTO EM CONTROLADA)

Participação no Varejo e suas principais informações:

	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>
Quantidade de ações do capital social - milhares	489.666	489.666
Quantidade de ações possuídas - milhares	489.626	489.626
Participação no capital social	99,99%	99,99%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo)	100,00%	100,00%
Capital social	515.123	515.123
Passivo a descoberto	<u>(512.346)</u>	<u>(527.049)</u>
Provisão para perda com investimento	<u>(512.304)</u>	<u>(527.006)</u>

Notas Explicativas

Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora:

	Controladora			
	01/04/22	01/01/22	01/04/21	01/01/21
	a 30/06/22	a 30/06/22	a 30/06/21	a 30/06/21
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:				
Resultado do Varejo	<u>21.989</u>	<u>14.703</u>	<u>(12.245)</u>	<u>(31.197)</u>
Equivalência patrimonial	<u>21.988</u>	<u>14.702</u>	<u>(12.243)</u>	<u>(31.194)</u>

Alterações registradas nas contas de investimentos:

	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>
Participação no resultado do Varejo	14.702	(27.868)
Parcela excedente do saldo contábil da participação transferida para o passivo não circulante	<u>(14.702)</u>	<u>27.868</u>
Saldo no fim do semestre	<u>-</u>	<u>-</u>

Principais informações do Varejo:

	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>
Ativo total	178.864	220.878
Passivo circulante e não circulante	691.210	747.927
Passivo a descoberto	(512.346)	(527.049)
	<u>30/06/22</u>	<u>30/06/21</u>
Receita operacional líquida	36.549	43.152
Custo das mercadorias e serviços vendidos	<u>(22.214)</u>	<u>(31.489)</u>
Lucro bruto	14.335	11.663
Despesas operacionais	(38.958)	(40.999)
Depreciações	(7.521)	(9.441)
Outras	<u>142.714</u>	<u>22.929</u>
Resultado operacional	110.570	(15.848)
Resultado financeiro	<u>(95.867)</u>	<u>(15.349)</u>
Resultado antes dos impostos	<u>14.703</u>	<u>(31.197)</u>
Lucro (prejuízo) líquido	<u>14.703</u>	<u>(31.197)</u>

Notas Explicativas**11. IMOBILIZADO**

		Controladora					
		30/06/22			31/12/21		
Taxa anual de depreciação - %		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	679	(679)	-	679	(679)	-
Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.422)	68	2.490	(2.403)	87
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.421	(5.411)	10	5.421	(5.408)	13
Equipamentos de informática	20	12.347	(12.347)	-	12.387	(12.387)	-
		<u>20.937</u>	<u>(20.859)</u>	<u>78</u>	<u>20.977</u>	<u>(20.877)</u>	<u>100</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

		Consolidado					
		30/06/22			31/12/21		
Taxa anual de depreciação - %		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	1.050	(1.049)	1	1.050	(1.049)	1
Móveis, utensílios e instalações	10	26.786	(24.526)	2.260	26.757	(24.169)	2.588
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	54.557	(51.301)	3.256	59.678	(55.744)	3.934
Equipamentos de informática	20	32.485	(32.044)	441	32.835	(32.076)	759
Direito de uso em arrendamento		96.517	(38.353)	58.164	113.333	(40.052)	73.281
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	6	-	6
		<u>211.395</u>	<u>(147.273)</u>	<u>64.122</u>	<u>233.659</u>	<u>(153.090)</u>	<u>80.569</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

Notas Explicativas

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

	Controladora			
	31/12/21	Adições	Baixas	30/06/22
Custo:				
Máquinas e equipamentos	679	-	-	679
Móveis, utensílios e instalações	2.490	-	-	2.490
Benfeitorias em imóveis				
de terceiros	5.421	-	-	5.421
Equipamentos de informática	12.387	-	(40)	12.347
Total do custo	20.977	-	(40)	20.937
Depreciação acumulada:				
Máquinas e equipamentos	(679)	-	-	(679)
Móveis, utensílios e instalações	(2.403)	(19)	-	(2.422)
Benfeitorias em imóveis				
de terceiros	(5.408)	(3)	-	(5.411)
Equipamentos de informática	(12.387)	-	40	(12.347)
Total da depreciação	(20.877)	(22)	40	(20.859)
Valor líquido	100	(22)	-	78

Notas Explicativas

	Consolidado				30/06/22
	31/12/21	Adições	Baixas	Transferências	
Custo:					
Máquinas e equipamentos	1.050	-	-	-	1.050
Móveis, utensílios e instalações	26.757	29	-	-	26.786
Benfeitorias em imóveis					
de terceiros	59.678	22	(5.282)	139	54.557
Equipamentos de informática	32.835	-	(350)	-	32.485
Direito de uso em arrendamento	113.333	7.214	(24.030)	-	96.517
Imobilizado em andamento	6	133	-	(139)	-
Total do custo	233.659	7.398	(29.662)	-	211.395
Depreciação acumulada:					
Máquinas e equipamentos	(1.049)	-	-	-	(1.049)
Móveis, utensílios e instalações	(24.169)	(357)	-	-	(24.526)
Benfeitorias em imóveis					
de terceiros	(55.744)	(822)	5.265	-	(51.301)
Equipamentos de informática	(32.076)	(318)	350	-	(32.044)
Direito de uso em arrendamento	(40.052)	(6.911)	8.610	-	(38.353)
Total da depreciação	(153.090)	(8.408)	14.225	-	(147.273)
Valor líquido	80.569	(1.010)	(15.437)	-	64.122

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. A Administração realizou a revisão das estimativas contábeis utilizadas para determinar o valor recuperável dos ativos relacionados às lojas da rede. No semestre findo em 30 de junho de 2022, a Administração não identificou perda por redução ao valor recuperável dos ativos do Varejo e remensuração do passivo de arrendamento (R\$993 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, líquidos da remensuração do passivo de arrendamento no montante de R\$14.363).

Notas Explicativas

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>
Empréstimos e financiamentos		
Em moeda nacional:		
Empréstimos para capital de giro	178.453	171.046
Arrendamento financeiro	6.477	7.291
	<u>184.930</u>	<u>178.337</u>
Financiamento por arrendamento		
Em moeda nacional:		
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	64.937	83.542
	<u>249.867</u>	<u>261.879</u>
Passivo circulante	196.452	48.554
Passivo não circulante	53.415	213.325
	<u>249.867</u>	<u>261.879</u>

Empréstimos e financiamentos contratados

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Fundo Travessia	Capital de giro	CCB	Mar/2017	Mar/2023	Aval Controladora, Imóvel e Aplicação Financeira	R\$ 120.000	TR + 0,8% a.m.
Fundo Travessia	Capital de giro	CCB	Ago/2017	Mar/2023	Aval Controladora	R\$ 15.000	TR + 0,8% a.m.
Fundo Travessia	Capital de giro	CCB	Ago/2019	Mar/2023	Aval Controladora	R\$ 1.358	TR + 0,8% a.m.
Banco Itaú S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2019	Mai/2022	Aval Controladora	R\$ 16.640	100% CDI a.a. + 3% a.a.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Set/2023	Bem arrendado	R\$ 10.709	100% CDI a.a. + 0,37% a.m.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Mar/2017	Mar/2023	Bem arrendado	R\$ 6.451	100% CDI a.a. + 0,34% a.m.
SG Equipment Finance S/A	Software e manutenção	Leasing	Dez/2014	Mai/2024	Bem arrendado	R\$ 12.223	-

Os empréstimos no montante de R\$162.574 (R\$156.204 em 31 de dezembro de 2021), incluídos na rubrica Empréstimos para capital de giro, foram cedidos pelo Banco do Brasil para a Travessia. Em 18 de julho de 2022, conforme Termo de Quitação, a Travessia concedeu quitação no montante de R\$79.348, e renunciou aos créditos remanescentes, o montante de R\$83.226 (Nota explicativa nº 33).

Movimentação no semestre findo em 30 de junho de 2022

Descrição	31/12/21	Adições (Baixas)	Encargos	Pagamentos principal e juros	30/06/22
Empréstimos - capital de giro	171.046	-	8.683	(1.276)	178.453
Arrendamento financeiro	7.291	-	170	(984)	6.477
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	83.542	(8.206)	1.354	(11.753)	64.937
	<u>261.879</u>	<u>(8.206)</u>	<u>10.207</u>	<u>(14.013)</u>	<u>249.867</u>

Notas Explicativas

Arrendamentos Mercantis – CPC 06 (R2)

Os contratos de arrendamento mercantil do Varejo são reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 06(R2). A Companhia não possui contratos de arrendamento mercantil incluídos na mensuração do passivo de arrendamento.

A depreciação do ativo imobilizado é linear pelo prazo médio estimado de permanência nos estabelecimentos locados pelo Varejo, de acordo com cada contrato. A depreciação incorrida no semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$6.911 (Nota explicativa nº 11).

Os juros incorridos pelo passivo de arrendamento foram calculados pela taxa incremental de empréstimos que seria obtida em operação similar, considerando a condição econômica do Varejo, equivalente a 8,53% a.a. No semestre findo em 30 de junho de 2022, foram incorridas despesas financeiras sobre o passivo de arrendamento no montante de R\$1.354.

Informações sobre os arrendamentos mercantis:

Cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/22</u>
Até 1 ano	16.287
De 1 ano a 5 anos	47.256
Mais que 5 anos	<u>18.086</u>
Total	<u><u>81.629</u></u>

Direito potencial de Pis e Cofins

A Companhia possui o direito potencial de Pis e Cofins a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de plantas industriais e outros. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de Pis e Cofins apresentados no quadro a seguir:

	<u>Nominal</u>	<u>valor presente</u>
Contraprestação arrendamento	81.629	(64.937)
PIS/COFINS potencial (9,25%)	<u>(6.911)</u>	<u>5.498</u>
	<u><u>74.718</u></u>	<u><u>(59.439)</u></u>

Notas Explicativas

Efeitos inflacionários

A Companhia adotou como política contábil os requisitos da NBC TG 06 (R3) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, com base no fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. A Administração avaliou os impactos da utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos da NBC TG 06 (R3) e para atender as orientações da CVM, são fornecidos os saldos do ativo de direito de uso, depreciação, passivos de arrendamento e despesa financeira sem inflação denominados fluxo real, e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação denominados fluxo inflacionado. As demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos inflacionados possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis.

<u>Ativos de direito de uso</u>		<u>Passivos de arrendamento</u>	
<u>Fluxo real</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/06/22</u>	<u>Fluxo real</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/06/22</u>
Direito de uso	96.517	Passivo de arrendamento	(46.998)
Depreciação	(38.353)	Despesas financeiras (a incorrer)	(17.939)
	<u>58.164</u>		<u>(64.937)</u>
<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/06/22</u>	<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/06/22</u>
Direito de uso	101.710	Passivo de arrendamento	(49.526)
Depreciação	(40.416)	Despesas financeiras (a incorrer)	(18.904)
	<u>61.294</u>		<u>(68.431)</u>

Outras informações sobre os arrendamentos mercantis

Direito de uso em arrendamento

Saldo inicial – 31/12/21	73.281
Adições / baixas	(8.206)
Amortização	(6.911)
Saldos em 30/06/22	<u>58.164</u>

Passivo de arrendamento

Saldo inicial – 31/12/21	83.542
Juros incorridos	1.354
Pagamentos realizados	(11.753)
Adições / baixas	(8.206)
Saldos em 30/06/22	<u>64.937</u>

Notas Explicativas

As informações sobre as despesas variáveis com arrendamentos mercantis não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento da Companhia e do Varejo, estão apresentadas na nota explicativa nº 24.

13. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras. A cada 500 pontos (Bônus) conquistados por meio de compras o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes e pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam Bônus.

Em 30 de junho de 2022, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$621 (R\$1.258 em 31 de dezembro de 2021).

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/22	31/12/21	30/06/22	31/12/21
Fornecedor - nacional	666	1.145	56.359	69.051
Fornecedor - exterior	-	-	229	229
	<u>666</u>	<u>1.145</u>	<u>56.588</u>	<u>69.280</u>

Composição dos saldos por vencimento:

	Consolidado	
	30/06/22	31/12/21
A vencer	27.163	16.600
Vencidos:		
Até 60 dias	1.051	1.966
De 61 a 90 dias	168	1.313
De 91 a 180 dias	2.262	4.006
Acima de 180 dias	<u>25.944</u>	<u>45.395</u>
	<u>56.588</u>	<u>69.280</u>

Notas Explicativas**15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	24	113
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	174	121	406	428
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	28	43	37	95
Programa de Integração Social - PIS	6	3	6	3
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	34	21	34	21
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	20	18
Parcelamento débitos previdenciários	700	-	1.088	445
Parcelamento de tributos - Estaduais (a)	-	-	5.429	819
Outros	-	-	97	104
	<u>942</u>	<u>188</u>	<u>7.141</u>	<u>2.046</u>
Passivo circulante	387	188	1.862	1.297
Passivo não circulante	<u>555</u>	<u>-</u>	<u>5.279</u>	<u>749</u>
	<u>942</u>	<u>188</u>	<u>7.141</u>	<u>2.046</u>

(a) Parcelamentos ordinários instruídos nos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, relacionados a autos de infração de ICMS. O montante pago no semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$271 (R\$539 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021).

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>Controladora</u>			
	<u>31/12/21</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>30/06/22</u>
Férias	50	2	-	52
Salários a pagar	147	622	(695)	74
FGTS a recolher	4	-	-	4
INSS a recolher	31	101	(90)	42
	<u>232</u>	<u>725</u>	<u>(785)</u>	<u>172</u>

Notas Explicativas

	Consolidado			
	<u>31/12/21</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>30/06/22</u>
Férias	1.562	653	(741)	1.474
13º salário	-	547	(62)	485
Salários a pagar	782	6.613	(6.837)	558
FGTS a recolher	317	700	(675)	342
INSS a recolher	860	1.851	(1.775)	936
	<u>3.521</u>	<u>10.364</u>	<u>(10.090)</u>	<u>3.795</u>

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia e do Varejo, por meio do trabalho de revisão periódica sobre o andamento dos processos judiciais e administrativos, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos sobre o prognóstico de perda considerando as movimentações ocorridas no curso dos processos e/ou baseada em decisões recentes dos tribunais, nos âmbitos judicial e administrativo acerca de temas similares aos da Companhia e Varejo, reverteu parte da provisão para perda no montante de R\$79.147 (R\$19.330 na Companhia e R\$59.877 no Varejo). No semestre encerrado em 30 e junho de 2022, foram constituídas provisões no montante de R\$1.867.

Composição das provisões e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

Provisões

	Controladora		
	Constituição		
	<u>31/12/21</u>	<u>/(Reversão)</u>	<u>30/06/22</u>
Contingências tributárias (a)	38.942	1.228	40.170
Contingências trabalhistas	2.258	(132)	2.126
Contingências cíveis	1.629	(1.389)	240
	<u>42.829</u>	<u>(293)</u>	<u>42.536</u>

Notas Explicativas

	Consolidado		
	Constituição		
	31/12/21	/(Reversão)	30/06/22
Contingências tributárias (a)	139.538	2.744	142.282
Contingências trabalhistas	9.050	423	9.473
Contingências cíveis	16.973	(1.414)	15.559
PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	2.440	114	2.554
	<u>168.001</u>	<u>1.867</u>	<u>169.868</u>

(a) Inclui a constituição de provisões cuja probabilidade de perda foi estimada como provável pelos assessores jurídicos da Companhia e do Varejo, sendo as mais relevantes:

- i. Constituição de provisão no montante de R\$67.740, relacionada a apropriação de créditos das contribuições PIS/COFINS sobre despesas operacionais consideradas essenciais à atividade do Varejo;
- ii. Ações judiciais da Companhia e do Varejo, que discutem com o Banco do Brasil a atualização monetária dos depósitos judiciais requeridos pela RFB, no montante consolidado estimado de R\$44.700 para garantir ações judiciais que discutiram a majoração da alíquota da COFINS, cujo trânsito em julgado, resultou em favor da RFB;
- iii. Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e Varejo, no montante de R\$15.571, envolvendo contribuições previdenciárias;
- iv. Autos de infração e imposição de multa para o Varejo, referente à cobrança de ICMS, no montante de R\$5.551.

Depósitos judiciais

	Controladora		
	Acréscimo/		
	31/12/21	(Baixa)	30/06/22
PIS/COFINS (a)	1.018	17	1.035
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	3.856	(3.178)	678
Processos judiciais trabalhistas	624	(1)	623
	<u>11.564</u>	<u>(3.162)</u>	<u>8.402</u>

Notas Explicativas

	Consolidado		
	Acréscimo/		
	31/12/21	(Baixa)	30/06/22
PIS/COFINS (a)	1.018	17	1.035
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	17.401	(2.141)	15.260
Processos judiciais trabalhistas	3.412	-	3.412
	<u>27.897</u>	<u>(2.124)</u>	<u>25.773</u>

(a) Ações judiciais impetradas pela Companhia e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, instituídas pela Lei 9.718/98. As ações tiveram o trânsito em julgado em favor das empresas e a liberação dos depósitos aguardam processamento.

(b) Inclui o montante de R\$9.364 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originados em liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS nos processos de importação do leitor digital – LEV.

Passivos contingentes

Em 4 de agosto de 2021 a Companhia e o Varejo, impetraram Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, para reconhecer o direito de não recolher o Imposto de renda – IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, indevidamente incidentes sobre os juros de mora calculados com base na Taxa SELIC originados de recuperações tributárias. Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF concluiu o julgamento do RE nº1.063.187/SC, declarando a inconstitucionalidade da incidência do IR e da CSLL sobre a receita auferida originada dos juros calculados com base na taxa SELIC sobre restituições de tributos. A tese de repercussão geral foi publicada em 30 de setembro de 2021 a abranger os seguintes eventos: i) Restituições fiscais concedidas em ações judiciais; ii) Restituições de impostos decorrentes de pedidos administrativos ajuizados; e iii) Ressarcimento de depósitos efetuados em processos judiciais que discutem recolhimento de tributos.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Varejo reconheceu juros calculados com base na taxa SELIC no montante de R\$47.059 (R\$7.047 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020) sobre os créditos a restituir de PIS/COFINS, originados das ações com trânsito em julgado, que discutiram a exclusão do ICMS de suas bases de cálculo. A Administração da Companhia e sua controlada, avaliam os impactos do julgamento do STF nos demais créditos restituíveis.

A Administração da Companhia e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$341.629, sendo R\$196.944 para a Companhia e R\$144.685 para o Varejo (R\$335.439 em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$185.071 para a Companhia R\$150.368 para o Varejo).

Notas Explicativas

Composição dos passivos (Consolidado) com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis:

Natureza dos Processos	Objeto	30/06/22	31/12/21
TRIBUTÁRIA	Autos de infração, processos administrativos de impugnação de ações judiciais. Inclui Auto de Infração e Imposição de Multa envolvendo contribuições previdenciárias da Companhia no montante de R\$7.404, com prognóstico de perda provável para parte do débito, mas que, no entanto, não atende o requerimento previsto no CPC 25 no que se refere a possibilidade de realizar uma estimativa confiável do valor de perda provável da obrigação.	294.772	295.683
CÍVEL	Ações renovatórias e outros processos com objetivos variados	40.665	33.438
TRABALHISTA	Ações relacionadas a responsabilidade de vínculo empregatício em contratos de prestação de serviço	6.192	6.318
TOTAL		341.629	335.439

18. PASSIVO A DESCOBERTO

a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 22 de novembro de 2021, foram aprovadas por unanimidade dos acionistas presentes: i) o grupamento das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, ambas na proporção de 35 para 1; e ii) a majoração do limite do capital autorizado da Companhia para 10.000.000 (dez milhões) de ações. Em 31 de dezembro de 2021, após o grupamento das ações o capital social da Controladora, no montante de R\$301.976 (R\$301.976 em 31 de dezembro de 2021), está representado por 1.811.719 ações, sendo 671.819 ordinárias e 1.139.900 preferenciais (1.811.719 ações em 31 de dezembro de 2021, sendo 671.819 e 1.139.900, respectivamente) sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, em até 10.000.000 de ações, mesmo que não observada a proporção existente entre as várias espécies ou classes de ação, podendo desse total serem destinadas até 14.285 ações para outorga de opções de compra a seus administradores ou empregados, ou pessoas naturais que prestem serviços a ela ou a sociedade controlada de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral.

Notas Explicativas

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do Poder de Controle da Companhia, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.
- Direito de serem incluídos em oferta pública de aquisição de ações em decorrência da Alienação de Controle da Companhia, nos termos do estatuto.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 448 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R\$233, com valor de mercado de R\$5 (R\$10,59 por ação - cotação em 30/06/22).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Companhia não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 22 de julho de 2021, por decisão do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, foi homologada a venda definitiva dos ativos da unidade operacional de Guarulhos, cuja autorização havia sido reformada em acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 4 de novembro de 2020. Em consequência, o saldo de R\$11.279, líquido de impostos diferidos de R\$5.810, que representava o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, foi totalmente baixado.

Notas Explicativas

e) Participação de não controladores:

	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>
Saldos no início do exercício	(43)	(45)
Participação no resultado	<u>1</u>	<u>2</u>
Saldos no fim do semestre/exercício	<u>(42)</u>	<u>(43)</u>

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>			
	<u>01/04/22</u>	<u>01/01/22</u>	<u>01/04/21</u>	<u>01/01/21</u>
	<u>a 30/06/22</u>	<u>a 30/06/22</u>	<u>a 30/06/21</u>	<u>a 30/06/21</u>
Receita operacional líquida:				
Venda de mercadorias e serviços	19.091	36.965	20.594	45.108
(-) Impostos incidentes	(216)	(652)	(389)	(1.063)
(-) Devoluções	(185)	(401)	(203)	(609)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	<u>154</u>	<u>637</u>	<u>(251)</u>	<u>(284)</u>
	<u>18.844</u>	<u>36.549</u>	<u>19.751</u>	<u>43.152</u>

20. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>Controladora</u>				<u>Consolidado</u>			
	<u>01/04/22</u>	<u>01/01/22</u>	<u>01/04/21</u>	<u>01/01/21</u>	<u>01/04/22</u>	<u>01/01/22</u>	<u>01/04/21</u>	<u>01/01/21</u>
	<u>a 30/06/22</u>	<u>a 30/06/22</u>	<u>a 30/06/21</u>	<u>a 30/06/21</u>	<u>a 30/06/22</u>	<u>a 30/06/22</u>	<u>a 30/06/21</u>	<u>a 30/06/21</u>
Custo das mercadorias	-	-	-	-	(11.650)	(22.213)	(11.605)	(31.489)
Despesa com pessoal e encargos	(71)	(191)	(33)	(126)	(6.627)	(12.853)	(6.648)	(14.498)
Honorários dos administradores	(347)	(622)	(274)	(549)	(529)	(987)	(457)	(939)
Arrendamento mercantil - parcela variável	-	-	-	-	(69)	(355)	(39)	153
Publicações legais	-	(55)	(224)	(224)	(35)	(117)	(226)	(245)
Condomínio e fundos de promoção	-	-	-	-	(2.083)	(4.168)	(2.081)	(4.059)
Despesas legais e judiciais	-	-	-	-	(440)	(527)	(118)	(158)
Energia elétrica	-	-	-	-	(481)	(1.063)	(531)	(1.049)
Frete e embalagens	-	-	-	-	(488)	(975)	(2.141)	(2.701)
Manutenção de instalações, máquinas e equipamentos	-	-	-	-	(565)	(1.659)	(842)	(1.937)
Serviços de informática e internet	-	-	-	-	(2.050)	(5.948)	(2.884)	(5.180)
Locação de máquinas e equipamentos	-	-	-	-	(5)	(9)	(711)	(1.406)
Multas fiscais e legais	-	-	-	-	(1.479)	(1.874)	(581)	(401)
Honorários advocatícios	(175)	(304)	-	-	(1.349)	(2.789)	(795)	(2.086)
Consultoria, assessoria e auditoria	(552)	(1.282)	(643)	(1.298)	(2.433)	(4.488)	(1.651)	(2.451)
Outros serviços profissionais	-	-	-	-	(381)	(763)	(2.450)	(2.570)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	-	-	-	-	(284)	(614)	(273)	(524)
Perda com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(11)	95	(65)	(158)
Outras	<u>(136)</u>	<u>(136)</u>	<u>(5)</u>	<u>(8)</u>	<u>(1.255)</u>	<u>(2.455)</u>	<u>(925)</u>	<u>(2.995)</u>
	<u>(1.281)</u>	<u>(2.590)</u>	<u>(1.179)</u>	<u>(2.205)</u>	<u>(32.213)</u>	<u>(63.762)</u>	<u>(35.023)</u>	<u>(74.693)</u>
Classificadas como:								
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	-	-	(11.651)	(22.214)	(11.605)	(31.489)
Despesas com vendas	-	-	-	-	(12.555)	(25.371)	(14.499)	(26.696)
Despesas gerais e administrativas	<u>(1.281)</u>	<u>(2.590)</u>	<u>(1.179)</u>	<u>(2.205)</u>	<u>(8.007)</u>	<u>(16.177)</u>	<u>(8.919)</u>	<u>(16.508)</u>
	<u>(1.281)</u>	<u>(2.590)</u>	<u>(1.179)</u>	<u>(2.205)</u>	<u>(32.213)</u>	<u>(63.762)</u>	<u>(35.023)</u>	<u>(74.693)</u>

Notas Explicativas**21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	Controladora				Consolidado			
	01/04/22 a 30/06/22	01/01/22 a 30/06/22	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/22 a 30/06/22	01/01/22 a 30/06/22	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21
Perda por redução ao valor recuperável - ativo imobilizado, intangível e impostos a recuperar	-	-	-	-	-	-	79	394
Baixa de créditos com fornecedores	-	-	-	-	-	-	(1.734)	(3.267)
PIS/COFINS s/ outras receitas operacionais e financeiras	(109)	(224)	(16)	(33)	(457)	(805)	(323)	(950)
Cartão "private label"	-	-	-	-	(17)	(33)	(15)	(19)
Provisão para contingências	-	-	-	-	(1.914)	(2.045)	-	-
Ajustes do plano de recuperação judicial	-	-	-	(84)	78	78	-	(84)
Parcelamento de tributos	-	-	-	-	(2.641)	(2.641)	(385)	(385)
Outras despesas operacionais	(1)	(4)	(130)	(387)	11	(15)	(139)	(389)
	<u>(110)</u>	<u>(228)</u>	<u>(146)</u>	<u>(504)</u>	<u>(4.940)</u>	<u>(5.461)</u>	<u>(2.517)</u>	<u>(4.700)</u>

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora				Consolidado			
	01/04/22 a 30/06/22	01/01/22 a 30/06/22	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/22 a 30/06/22	01/01/22 a 30/06/22	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21
Resultado na venda de ativo permanente	20	20	-	-	47	47	-	24
Cartão presente não resgatado, e outros créditos de clientes não reclamados	-	-	-	-	1.590	3.625	4.158	7.655
Reversão provisão para contingências	-	-	-	-	-	-	11.308	11.957
Reversão da perda por redução ao valor recuperável - impostos a recuperar	-	-	-	-	-	12.351	-	-
Acordo com fornecedores para dívidas do exercício anterior	-	-	-	-	2.197	2.197	-	-
Despesas recuperadas	-	-	-	-	480	1.141	554	7.085
Constituição de créditos tributários restituíveis	-	-	-	-	1.126	2.289	-	-
Deságio - conversão de dívidas em ações (a)	2.404	2.404	-	-	128.721	128.721	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	13	16	-	-	249	420
	<u>2.424</u>	<u>2.424</u>	<u>13</u>	<u>16</u>	<u>134.161</u>	<u>150.371</u>	<u>16.269</u>	<u>27.141</u>

(a) Deságio sobre o montante da dívida relacionada aos credores que exerceram a opção A para recebimento dos direitos creditórios, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 30).

Notas Explicativas**23. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora				Consolidado			
	01/04/22 a 30/06/22	01/01/22 a 30/06/22	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/22 a 30/06/22	01/01/22 a 30/06/22	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21
Receitas financeiras:								
Receitas sobre aplicações financeiras	803	1.011	-	-	806	1.031	9	52
Juros sobre empréstimos a controlada	1.065	2.126	429	750	-	-	-	-
Juros sobre impostos a recuperar	146	1.355	67	110	421	3.761	203	340
Descontos financeiros obtidos	4	4	-	-	400	794	2.167	2.917
AVP - Credores pós concursais	-	-	-	-	2.888	2.888	-	-
AVP - Credores por recuperação judicial	-	-	-	7	-	-	-	7
Outros juros e variações ativas	-	-	-	-	42	230	154	154
Outras receitas financeiras	2.018	4.496	496	867	4.557	8.704	2.533	3.470
Despesas financeiras:								
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(5.173)	(10.207)	(6.728)	(12.635)
AVP - Credores por recuperação judicial (a)	(2.369)	(2.406)	(32)	(82)	(83.173)	(85.703)	(2.298)	(4.484)
Outros juros e variações passivas	(358)	(743)	(18)	(57)	(5.860)	(6.742)	(327)	(499)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	-	(10)	-	-	(264)	(554)	(214)	(414)
Outras comissões financeiras	(57)	(57)	(54)	(107)	(57)	(57)	(54)	(107)
Outras despesas financeiras	336	(424)	(108)	(474)	323	(452)	(139)	(533)
	(2.448)	(3.640)	(212)	(720)	(94.204)	(103.715)	(9.760)	(18.672)
	(430)	856	284	147	(89.647)	(95.011)	(7.227)	(15.202)

(a) Inclui o montante de R\$187.060 relacionado a constituição do AVP conforme o Segundo Aditamento ao PRJ, deduzido do montante de R\$272.763 relacionado a reversão do AVP do Plano Original (Nota explicativa nº 30).

24. ARRENDAMENTO MERCANTIL – PARCELA VARIÁVEL DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Em 30 de junho de 2022, o Varejo possuía 32 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, qualificados como arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. O contrato de aluguel das áreas Administrativas do Varejo possui valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). A partir de 1 de janeiro de 2019, o montante registrado na rubrica “Aluguéis”, em despesas operacionais está relacionado à parcela variável dos contratos de locação e dos demais contratos não qualificados na definição de arrendamento prevista no CPC 06(R2).

Notas Explicativas

Despesas com aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar:

	Consolidado			
	01/04/22	01/01/22	01/04/21	01/01/21
	a 30/06/22	a 30/06/22	a 30/06/21	a 30/06/21
Arrendamentos mercantis - nota explicativa 20	(69)	(355)	(39)	153

O saldo da rubrica “Arrendamento mercantil - locação de lojas” no passivo circulante em 30 de junho de 2022 no consolidado é de R\$15.629 (R\$24.941 em 31 de dezembro de 2021).

25. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O estatuto social da Companhia assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	30/06/22			30/06/22			30/06/22		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Controladora	4.914	8.344	13.258	5.613	9.530	15.143	(699)	(1.186)	(1.885)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro (prejuízo) básico por ação	671	1.140	1.811	671	1.140	1.811	671	1.140	1.811
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro (prejuízo) básico por ação	671	1.140	1.811	671	1.140	1.811	671	1.140	1.811
Lucro (prejuízo) por ação - básico - R\$	7,32340	7,31982		8,36521	8,36059		(1,04134)	(1,04076)	
Lucro (prejuízo) por ação - diluído - R\$	7,32340	7,31982		8,36521	8,36059		(1,04134)	(1,04076)	

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	30/06/21			30/06/21			30/06/21		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(11.864)	(20.144)	(32.008)	(12.516)	(21.250)	(33.767)	652	1.107	1.759
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	23.488	39.856	63.344	23.488	39.856	63.344	23.488	39.856	63.344
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	23.488	39.856	63.344	23.488	39.856	63.344	23.488	39.856	63.344
Prejuízo por ação - básico - R\$	(0,50511)	(0,50541)		(0,53286)	(0,53318)		0,02775	0,02777	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(0,50511)	(0,50541)		(0,53286)	(0,53318)		0,02775	0,02777	

Notas Explicativas

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Companhia e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital apropriada para minimizar os custos a ela associados.

As estruturas de capital da Companhia e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 12), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e passivo a descoberto (nota explicativa nº 18).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>
Empréstimos e financiamentos, credores por recuperação judicial e credores pós concursais	2.989	3.833	398.145	469.857
(-) Caixa, equivalentes de caixa e mútuo	<u>(61.325)</u>	<u>(58.040)</u>	<u>(21.096)</u>	<u>(8.022)</u>
Dívida líquida	<u>(58.336)</u>	<u>(54.207)</u>	<u>377.049</u>	<u>461.835</u>
Passivo a descoberto	<u>(485.619)</u>	<u>(498.877)</u>	<u>(485.661)</u>	<u>(498.920)</u>
Total	<u><u>(543.955)</u></u>	<u><u>(553.084)</u></u>	<u><u>(108.612)</u></u>	<u><u>(37.085)</u></u>

Periodicamente, a Administração da Companhia e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

Notas Explicativas

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora	
	30/06/22	31/12/21
	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	20.745	7.550
Empréstimos e recebíveis		
Partes relacionadas - contrato de mútuo	40.580	50.490
	<u>61.325</u>	<u>58.040</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Fornecedores	666	1.145
Credores por recuperação judicial	2.937	3.833
Credores pós concursais	52	-
Créditos conversíveis em ações	601	-
	<u>4.256</u>	<u>4.978</u>
	Consolidado	
	30/06/22	31/12/21
	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	21.096	8.022
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	4.102	710
	<u>25.198</u>	<u>8.732</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	249.867	261.879
Fornecedores	56.588	69.280
Credores por recuperação judicial	131.116	207.978
Credores pós concursais	17.162	-
Arrendamento mercantil -		
locação de lojas	15.629	24.941
Créditos conversíveis em ações	38.204	-
Outras obrigações	1.155	1.231
	<u>509.721</u>	<u>565.309</u>

Notas Explicativas

A Administração da Companhia e do Varejo é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada período.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em taxas contratuais (nota explicativa nº 12) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período está próximo do valor de mercado.

c) Riscos financeiros

As atividades da Companhia e do Varejo estão expostas aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e ao risco limitado ao valor pago pelo derivativo utilizado como instrumento de proteção a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco da Companhia e do Varejo é realizada segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área Financeira da Companhia e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

As operações da Companhia e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros, substancialmente sobre os empréstimos tomados e aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Saldo que representavam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data de encerramento:

		<u>Consolidado</u>
		<u>30/06/22</u>
<u>Risco</u>		<u>Valor Contábil</u>
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	<u>20.998</u>

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Companhia e o Varejo apresentam a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

Na elaboração dessa análise, a Administração da Companhia e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos relevantes.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Eventuais efeitos nos saldos patrimoniais conforme cenários analisados:

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

Operação	Risco	Valores patrimoniais		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI - Controladora	Baixa do CDI	(69)	(172)	(342)
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI - Varejo	Alta do CDI	(27)	(68)	(136)
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI - Varejo	Alta do CDI	(143)	(230)	(378)
Resultado líquido		(239)	(469)	(856)

f) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Companhia e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Diretoria e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Notas Explicativas

Exposição máxima a este risco na data de encerramento:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/22	31/12/21	30/06/22	31/12/21
	Valor	Valor	Valor	Valor
	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	20.745	7.550	21.096	8.022
Contas a receber de clientes	-	-	4.102	710
	<u>20.745</u>	<u>7.550</u>	<u>25.198</u>	<u>8.732</u>

Em 30 de junho de 2022, o consolidado apresenta saldo de perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$284 (R\$388 em 31 de dezembro de 2021), para cobrir os riscos de crédito.

g) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora continuamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Controladora				Total
	Até	Até	De 3 a	acima de	
	1 ano	2 anos	5 anos	5 anos	
Fornecedores	666	-	-	-	666
Credores por recuperação judicial	966	4	185	7.657	8.812
Credores pós concursais	52	-	-	-	52
Operação	Consolidado				Total
	Até	Até	De 3 a	acima de	
	1 ano	2 anos	5 anos	5 anos	
Fornecedores	56.588	-	-	-	56.588
Credores por recuperação judicial	4.825	95	11.294	484.730	500.943
Credores pós concursais	5.422	6.091	8.538	-	20.051
Empréstimos e financiamentos	192.167	26.283	66.592	45.932	330.975
Arrendamento mercantil -					
locação de lojas	15.629	-	-	-	15.629
Outras obrigações	1.155	-	-	-	1.155

Notas Explicativas

h) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam às operações da Companhia e do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as adquirentes de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

i) Linhas de crédito

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>
Empréstimos:		
Utilizado	178.453	171.046

j) Garantias obtidas

	<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/22</u>
Cartas de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	<u>9.640</u>

No semestre findo em 30 de junho de 2022, as cartas de fiança obtidas geraram despesas financeiras de R\$112 (R\$107 em 30 de junho de 2021).

k) Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/22</u>		<u>30/06/22</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	20.745	20.745	21.096	21.096
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	-	-	4.102	4.102
Partes relacionadas - contrato de mútuo	40.580	40.580	-	-
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	249.867	252.617
Fornecedores	666	666	56.588	56.588
Credores por recuperação judicial	2.937	2.937	131.116	131.116
Credores pós concursais	52	52	17.162	17.162
Arrendamento mercantil -				
locação de lojas	-	-	15.629	15.629
Outras obrigações	-	-	1.155	1.155

Notas Explicativas

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

A Companhia e o Varejo divulgam seus ativos e passivos financeiros ao valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidenciação dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos da Controladora e do Consolidado, mensurados pelo valor justo em 30 de junho de 2022:

	Controladora			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>20.745</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.745</u>
	Consolidado			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>21.096</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.096</u>

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, é realizada por meio do único segmento denominado “Varejo”, correspondente ao negócio de varejo de livraria e artigos de papelaria.

Notas Explicativas**28. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS**

Representadas pelo resultado residual das operações do segmento editorial, vendido à Editora Ática S.A. em 2015.

Demonstração de resultados de operações descontinuadas para os semestres findos em 30 de junho:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/22</u>	<u>30/06/21</u>	<u>30/06/22</u>	<u>30/06/21</u>
Receitas (despesas) operacionais	(1.476)	1.759	(1.476)	1.759
Despesas financeiras	<u>(409)</u>	<u>-</u>	<u>(409)</u>	<u>-</u>
Resultado das operações descontinuadas	<u>(1.885)</u>	<u>1.759</u>	<u>(1.885)</u>	<u>1.759</u>

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R\$1.885 (R\$1.759 em 30 de junho de 2021) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de operações descontinuadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/22</u>	<u>30/06/21</u>	<u>30/06/22</u>	<u>30/06/21</u>
Caixa líquido (aplicado) gerado em atividades operacionais	(2.314)	2.995	(2.314)	2.995
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>2.108</u>	<u>-</u>	<u>2.108</u>	<u>-</u>
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	<u>(206)</u>	<u>2.995</u>	<u>(206)</u>	<u>2.995</u>

29. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Companhia e do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

	<u>30/06/22</u>	<u>31/12/21</u>
Lucros cessantes	34.989	34.989
Incêndio - importância máxima	28.469	28.469
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	50.000	50.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima		
Execução fiscal	141.472	137.242
Roubo e furto	1.105	1.105
Riscos gerais	19.480	19.480

Notas Explicativas

30. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Administração da Companhia apresentou em 23 de novembro de 2018 pedido de recuperação judicial, cujo Plano foi aprovado em AGE de 29 de agosto de 2018, como forma de enfrentamento dos impactos da crise econômica sobre o mercado editorial. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 1 de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial Original (“PRJ”), apresentado em 4 de fevereiro de 2019, tendo sido homologado em 4 de setembro de 2019. Diante da recorrente dificuldade para geração de caixa das atividades operacionais, agravada pelos impactos da pandemia do Coronavírus sobre o ciclo de vendas do Varejo, com redução drástica do faturamento, a Administração da Companhia e sua controlada submeteu, em 3 de julho de 2020, o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Primeiro Aditamento ao PRJ) à aprovação da Assembleia Geral de credores e à homologação judicial. O Primeiro Aditamento ao PRJ, protocolado no dia 03 de julho de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021, pautado essencialmente, na concretização da alienação das UPI’s Lojas e Site, nos termos do Primeiro Aditamento ao PRJ. Como não houve habilitação de interessados para a aquisição das referidas UPI’s, inviabilizando o cumprimento das obrigações contidas no Primeiro Aditamento ao PRJ em 13 de setembro de 2021, a Companhia apresentou o Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (Segundo Aditamento ao PRJ), que pormenorizava os meios de recuperação, era viável sob o ponto de vista econômico e estava baseado em laudos econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos subscritos por empresa especializada e que prevê medidas para a reestruturação das dívidas, para a geração de fluxo de caixa operacional para o pagamento da dívida, assim como, para a geração de recursos necessários à continuidade das atividades, observando a nova realidade das Recuperandas, impactadas pela pandemia da COVID-19. O Segundo Aditamento ao PRJ foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e homologado judicialmente em 19 de abril de 2022.

Como medidas para a liquidação do passivo estão previstas:

- i) A reestruturação do passivo;
- ii) A preservação de investimentos essenciais para a continuidade operacional; e
- iii) A alienação de UPI’s: “Loja Shopping Ibirapuera” e “Direitos Creditórios” em processo competitivo, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ para o levantamento de recursos, que serão destinados ao pagamento de Credores e Credores Não Sujeitos.

Alienação das UPI’s

O processo competitivo para a alienação das UPI’s foi concluído em 14 de junho de 2022 e homologado judicialmente em 11 de julho de 2022, tendo como vencedora a proposta da Travessia, que em 7 de março de 2022 já havia apresentado Proposta Vinculante, garantindo, assim, a conclusão do processo competitivo e fazendo jus aos direitos e prerrogativas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ.

Notas Explicativas

As alienações foram realizadas pelo valor de R\$83.668, sendo R\$29.348 pela UPI Loja Shopping Ibirapuera e R\$54.320 pela UPI Direitos Creditórios. O montante de R\$79.348, foi pago mediante a utilização de créditos de titularidade do investidor não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial – Créditos Não Sujeitos; e o montante de R\$4.320, relacionado a parte do valor da UPI Direitos Creditórios, foi pago à vista, por meio de depósito judicial, destinado, exclusivamente, ao pagamento dos credores trabalhistas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ.

Pagamento da dívida

Os Credores Trabalhistas receberão o valor de até R\$160 por Credor Trabalhista, limitado ao valor total do Crédito Trabalhista, acrescido de correção monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial desde a Homologação do Segundo Aditamento ao PRJ até a data do efetivo pagamento, em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas. Haverá aceleração dos pagamentos, nos termos do PRJ, mediante utilização do resgate do depósito judicial originado da alienação da UPI Direitos Creditórios.

O pagamento aos Credores quirografários (Classe III e IV) será feito mediante um pagamento inicial de R\$5 para cada um dos credores; e para o saldo remanescente, estão previstas duas opções: i) Opção A - Conversão em ações, que prevê um deságio de 80% dos créditos remanescentes; ou ii) Opção B – Reperfilamento, que prevê um fluxo de pagamentos trimestrais para o período entre 2026 e 2048, com atualização monetária pela Taxa Referencial e juros remuneratórios de 0,5% a.a.

Em 26 de julho de 2022, expirou o prazo para o exercício das opções. Exerceram a opção A credores cujo montante de créditos corresponde a R\$160.901, dos quais R\$32.180 serão convertidos e ações e R\$128.721 baixados como deságio, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ. (Nota explicativa nº 33).

O montante de R\$32.180 foi transferido para a rubrica Créditos conversíveis em ações – PRJ, onde permanecerá até a conclusão dos atos societários relacionados ao aumento de capital e emissão das ações e demais procedimentos afins previstos no Segundo Aditamento ao PRJ. Impactos estimados pela homologação do Segundo Aditamento ao PRJ.

<u>Efeito no resultado</u>	<u>Consolidado</u>
Reversão do ajuste a valor presente - AVP calculado no Plano Original	(272.763)
Constituição AVP relacionado aos credores que exerceram a Opção B	187.060
Deságio (80%) relacionado aos credores que exerceram a opção A	128.721
Apropriação Juros / Atualização monetária no trimestre	<u>(1.262)</u>
	<u>41.756</u>

O Ajuste a valor presente foi calculado considerando os encargos de atualização monetária e juros, assim como o fluxo de pagamentos previsto no Segundo Aditamento ao PRJ, com utilização da Taxa Selic como taxa incremental.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2022, o montante da dívida consolidada, está composto como segue:

Classes	Circulante	Não Circulante	Total
Classe I Trabalhistas	4.729	3.922	8.651
Classe III e IV Quirografários e ME EPP		122.465	122.465
Total	4.729	126.387	131.116

Movimentação no semestre findo em 30 de junho de 2022

	31/12/21	AVP	Pagamentos	Deságio	Conversão em ações	Juros incorridos variação monetária	Outros	30/06/22
Dívida	480.741	-	(3.399)	(128.721)	(32.180)	1.262	473	318.176
Ajuste a valor presente	(272.763)	85.703	-	-	-	-	-	(187.060)
	<u>207.978</u>	<u>85.703</u>	<u>(3.399)</u>	<u>(128.721)</u>	<u>(32.180)</u>	<u>1.262</u>	<u>473</u>	<u>131.116</u>

A íntegra do Segundo Aditamento ao PRJ aprovado com todas as disposições e condições estabelecidas para o pagamento dos créditos da recuperação judicial da Companhia e do Varejo foram disponibilizadas na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.saraivari.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>).

31. CREDORES PÓS CONCURSAIS

A Administração concluiu a renegociação de dívidas incorridas após a Recuperação Judicial (“Pós concursal”) com grande parte de seus fornecedores, por meio de parcelamentos a longo prazo, sem juros e, em alguns casos, com a conversão dos direitos creditórios em ações do capital social da Companhia, sem deságio, assegurando uma condição favorável ao fluxo de caixa.

O saldo consolidado em 30 de junho de 2022 é de R\$17.162, líquido de ajuste a valor presente no montante de R\$2.889.

32. CRÉDITOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES – PRJ

Representado pelo valor correspondente a conversão das dívidas em ações do capital social da Companhia, sendo o montante consolidado de R\$32.180, relacionado a conversão em ações dos direitos creditórios nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ; e o montante consolidado de R\$6.024 relacionado à conversão em ações dos direitos creditórios dos credores pós concursais, totalizando o montante de R\$38.204.

O valor de R\$38.204 permanecerá nessa rubrica até a conclusão dos atos societários relacionados ao aumento de capital e emissão das ações, e demais procedimentos afins previstos no Segundo Aditamento ao PRJ.

Notas Explicativas

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 11 de julho de 2022, foi homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial o processo competitivo para alienação das UPI's Direitos Creditórios e Loja Shopping Ibirapuera, tendo como vencedora a proposta da Travessia.

Em 18 de julho de 2022, conforme Termo de Quitação, na forma do 2º Aditivo – PRJ, assim como na forma das propostas para aquisição das UPI's Direitos Creditórios e Loja Shopping Ibirapuera, homologadas em decisão do Juízo da recuperação Judicial proferida em 11 de julho de 2022, a Travessia outorgou plena quitação do crédito não sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, relacionado ao empréstimo para capital de giro, no montante de R\$50.000 utilizado como parcela do preço de aquisição da UPI Direitos Creditórios e R\$29.348, utilizado como parcela do preço de aquisição da UPI Loja Shopping Ibirapuera, renunciando aos créditos remanescentes no montante de R\$83.226.

Em 26 de julho de 2022, expirou o prazo para o exercício das opções, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ. Exerceram a opção A credores cujo montante de créditos corresponde a R\$160.901, dos quais R\$32.180 serão convertidos em ações e R\$128.721 baixados como deságio.

Em 1 de agosto de 2022, foi levantada parte do depósito judicial, relacionado a parcela da alienação da UPI Direitos Creditórios depositada em juízo e que será destinada, exclusivamente, para acelerar o pagamento aos credores trabalhistas.

Em 10 de agosto de 2022 foi divulgado por meio de Fato Relevante, o protocolo nos autos do Processo da Recuperação Judicial conforme previsto no Segundo Aditamento ao PRJ, petição informando a adesão de 89 (oitenta e nove) credores que exerceram a opção de pagamento mediante conversão de seus créditos, os quais perfazem, o montante não reestruturado (ou seja, o montante antes da aplicação dos deságios e ajustes previstos no Segundo Aditamento ao PRJ) de aproximadamente R\$163 milhões (“Créditos”). Após a reestruturação dos Créditos, com incidência de deságios e ajustes, o respectivo saldo será convertido em participação no capital social da Companhia, observando-se, na conversão, nos termos do PRJ, o valor de R\$11,48 por ação ordinária, e de R\$4,53 por ação preferencial.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos:
Acionistas e Diretores da
Saraiva Livresiros S.A. - Em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

1. Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Saraiva Livresiros S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

2. Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410- Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410- Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a Norma Internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais- ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

4. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção que: (a) em no trimestre findo em 30 de junho de 2022, a Companhia apresenta passivo a descoberto de R \$(485.661) mil, bem como capital circulante (passivo circulante menos o ativo circulante nessa data) líquido individual e consolidado de R\$18.770 mil e de R\$(219.139) mil, respectivamente. Para garantir a sua continuidade operacional, a Diretoria vem empregando esforços para cumprir as ações propostas e homologadas no 2º Aditamento do Plano de Recuperação Judicial (PRJ), conforme demonstrado nas notas explicativas nº 1 e 30, às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, as quais foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos seus negócios e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto a liquidação e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Se essas informações contábeis intermediárias tivessem sido elaboradas considerando a descontinuidade das operações, elas poderiam apresentar valores diferentes dos apresentados. Adicionalmente, a sua continuidade depende do sucesso na implementação do plano de recuperação judicial aprovado.

Nossa opinião não está ressaltada em decorrência desse assunto.

5. Outros assuntos

(i) Auditoria e revisão dos valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e do trimestre findo em 30 de junho de 2021, respectivamente

Considerando que até a data de emissão do relatório de auditoria anual sobre as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorrida em 28 de março de 2022, o 2º Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (PRJ) não continha a homologação judicial proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial, aliada a apresentação de passivo a descoberto e capital circulante negativo pela Companhia, ambos no consolidado, não havia sido possível estimar os efeitos econômicos e financeiros sobre opinar sobre demonstrações contábeis em um cenário de incertezas, e conseqüentemente nos abstermos de opinar sobre as mesmas naquela data, sobre o pressuposto de sua continuidade operacional e a correspondente base para a elaboração de suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Entretanto, desde o trimestre findo em 31 de março de 2022, as circunstâncias modificaram-se, tendo em vista que o citado PRJ, foi homologado pelo Juízo em 18 de abril de 2022, e certos ativos como mencionados na nota explicativa nº 30 possuem ofertas vinculantes para alienação em leilão judicial

(efetivamente realizadas no trimestre findo em 30 de junho de 2022), aliado com o equacionamento do passivo bancário anteriormente devido ao banco do Brasil. Entretanto, ainda mantivemos em nosso relatório de auditoria registros sobre a continuidade operacional da Companhia como descrito no parágrafo nº4 acima.

Ressaltamos, também que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do trimestre findo em 30 de junho de 2021 foram revisadas por outros auditores independentes, que sobre as quais expressaram uma abstenção de conclusão no relatório de auditoria por eles emitido e datado em 13 de agosto de 2021, basicamente por fatos semelhantes ao por nós descritos no parágrafo acima.

(ii) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2022.

Luiz Claudio Fontes
Contador CRC 1SP-217.532/O-6

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que revisou, discutiu e concordou com as Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022.

São Paulo, 12 de agosto de 2022

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022.

São Paulo, 12 de agosto de 2022